CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2018

CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

MODELO DE NEGÓCIOS

O MODELO DE NEGÓCIOS é o sistema de transformação de insumos em produtos e impactos, por meios das nossas atividades a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos gerando valor aos profissionais, empresas e sociedade em geral. Em outras palavras, é a descrição dos principais recursos, processos de trabalho, produtos ou serviços prestados e impactos internos e externos, positivos e negativos.

Humano
727 funcionários

Intelectual
24 ações

Social e Relacionamento
391 parcerias
110 fornecedores
10 convênios

Produtivo
542 Funcionários (área fim)
122 Agentes Fiscais
267 Conselheiros
1633 Inspetores

Financeiro
Orçamento:
350,2 milhões
Disponibilidade:
106,2 milhões

Natural
Frota:
124 veículos

Serviços:
Propiciar a atualização sistêmica e tecnológica com inserção e transformação digital da Gestão. Otimizar e desenvolver os Sistemas / Definir os processos / Integrar o profissional a plataforma digital do Crea-SP.

Valorização:
Modernizar as ações fiscalizatórias e atendimentos. Aumentar a participação no ambiente regulatório. Desenvolvimento do Quadro Funcional do Crea-SP. Conhecer o cliente. Fortalecer as relações internas e externas. Desenvolver política institucional. Padronizar, informatizar e ampliar as ações de fiscalização e atendimento no Estado. Gestão política dos interesses da categoria. Aprimorar e desenvolver.

Receitas:
Gerar maior eficiência e economicidade à Gestão, potencializando a receita e otimizando as despesas. Ampliar a receita e reduzir as despesas operacionais. Promover a sustentabilidade potencializando as atividades fins. Promover a desburocratização e qualificação do quadro funcional.

Imagem:
Aperfeiçoar a interlocução com os profissionais, empresas, sociedade e instituições governamentais e não-governamentais. Fortalecer a imagem institucional. Ser percebido como entidade que gera valor e agrega valor à sociedade. Ser inserido nas discussões de grandes temas nacionais.

Fiscalização | **Colegiado** | **Comunicação** | **Tecnologia da Informação** | **Logística**

13 mil
CATs - Certidões de Acervo Técnico

1.031.003
ARTs - Anotações de Responsabilidade Técnica

18 mil
Processos de Fiscalização

341 mil
Registros de profissionais e empresas

Social
568 municípios fiscalizados

Segurança
72 mil regularizações

8 Profissões da Engenharia **regulamentadas**

272 mil **profissionais habilitados**

Segurança da sociedade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2

TEMOS COMO PRINCIPAL OBJETIVO atuar de forma eficiente na fiscalização e no aperfeiçoamento do exercício e das atividades profissionais dos engenheiros. Questões como estratégia, transparência e controle social são aspectos fundamentais e estamos em fase de estruturação.

No primeiro trimestre de 2018, aprovamos o nosso Plano Estratégico para o triênio 2018/2020 com destaque para a nossa visão e seus quatro pilares que definem o que queremos ser, e também os sete macros objetivos vinculados a estes pilares com um total de dezoito objetivos estratégicos e quarenta e oito metas e noventa e cinco ações.

VISÃO	Que o Crea-SP seja reconhecido como uma organização ágil e eficaz, com credibilidade perante os profissionais e as empresas da área tecnológica e a sociedade, pela qualidade dos serviços prestados			
PILARES	**SERVIÇOS**	**VALORIZAÇÃO**	**RECEITAS**	**IMAGEM**
MACRO OBJETIVOS	• Propiciar a atualização sistêmica e tecnológica com inserção e transformação digital da Gestão.	• Modernizar as ações fiscalizatórias e atendimentos • Aumentar a participação no ambiente regulatório. • Desenvolvimento do Quadro Funcional do CREA-SP	• Gerar maior eficiência e economicidade à Gestão, potencializando a receita e otimizando as despesas	• Aperfeiçoar a interlocução com os profissionais, empresas, sociedade e instituições governamentais e não-governamentais • Fortalecer a imagem institucional.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	• Otimizar e desenvolver os Sistemas / • Definir os processos / • Integrar o profissional a plataforma digital do Crea-SP	• Conhecer o cliente • Fortalecer as Relações internas e Externas • Desenvolver política Institucional • Padronizar, informatizar e ampliar as ações de fiscalização e atendimento no Estado • Gestão política dos interesses da categoria • Aprimorar e Desenvolver • Reconhecer e Valorizar	• Ampliar a Receita e Reduzir as despesas operacionais • Promover a sustentabilidade potencializando as atividades fins • Promover a desburocratização e qualificação do quadro funcional	• Ser percebido como entidade que gera valor e agrega valor à sociedade • Ser inserido nas discussões de grandes temas nacionais
METAS	**9**	**16**	**8**	**15**
AÇÕES	**20**	**24**	**17**	**34**

DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

DE ACORDO COM OS conceitos de instâncias internas de governança e de instâncias internas de apoio à governança apresentado no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades de Administração Pública, apresentamos as referidas instâncias no âmbito do CREA-SP:

- As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.
- As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração.

Assim sendo, nosso Plenário é integrado por todos os Conselheiros e presidido pelo Presidente do Conselho. É composto por Conselheiros e suas competências estão arroladas no artigo 9º do Regimento Interno do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 90 do Regimento Interno.

A área de Relações Institucional, Gabinete, Auditoria, Controladoria, Assessores, Superintendentes e Ouvidoria são unidades básicas, vinculadas à Presidência, com finalidade de exercer as funções de apoio estratégico, técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do CREA-SP.

PRESIDENTE

Eng. Telecom.
Vinicius Marchese Marinelli

DIRETORIA

Vice-Presidente

Engenheiro Agrônomo
Glauco Eduardo Pereira Cortez

Diretor Administrativo:

Engenheiro Eletricista e de Segurança do Trabalho
Edson Navarro

Diretor Administrativo Adjunto:

Engenheiro Mecânico
Osmar Vicari Filho

Diretora Financeira:

Engenheira Civil
Lenita Secco Brandão

Diretor de Valorização Profissional:

Geólogo
Daniel Cardoso

Diretor de Valorização Profissional-Adjunto:

Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
Oswaldo José Gosmin

Diretor de Relações Profissionais:

Engenheiro Agrônomo
William Alvarenga Portela

Diretor de Relações Institucionais:

Engenheiro Agrimensor, Civil e de Segurança do Trabalho
João Luiz Braguini

CHEFE DE GABINETE

Daniel Montagnoli Robles

OUVIDOR

Leandro Carlos de Souza

GERENTE DE CONTROLADORIA

Osmar Alves de Carvalho

SUPERINTENDENTES

Superintendente Administrativo

Holmes Nogueira Bezerra Naspolini

Superintendente de Comunicação e Eventos:

Gustavo Augusto Bertoni Rodrigues

Superintendente de Colegiados

Gumercindo F. da Silva

Superintendente Jurídico

Luiz A Tavolaro

Diretor Financeiro-Adjunto:

Engenheiro Eletricista e Engenheiro de Segurança do Trabalho
Newton Guenaga Filho

Diretor Técnico:

Engenheiro Civil
Márcio de Almeida Pernambuco

Diretor Técnico-Adjunto:

Engenheiro Industrial Mecânico e de Segurança do Trabalho
Élio Lopes dos Santos

Diretor de Educação:

Engenheiro de Alimentos
Marcelo Alexandre Prado

Diretora de Entidades de Classe:

Engenheira Agrônoma
Ana Meire Coelho Figueiredo

Superintendente de Gestão de Recursos

Lourival Junior Franklin Ferreira

Superintendente de Fiscalização

Maria Edith dos Santos

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS.

NOSSO CAPITAL SOCIAL E de relacionamento é formado pelas interações com nossos públicos de interesse. Estas interações são fortalecidas por meio de nossos canais de diálogo, nossos investimentos sociais e nossas iniciativas de gestão de marca e reputação, que buscam estreitar os vínculos de confiança com a sociedade.

Nesse sentido o Portal Crea-SP é a principal ferramenta de Comunicação com profissionais e empresas registrados. Os serviços de Atendimento Web e o Sistema CREANet concentram os principais serviços on-line para profissionais e empresas registrados, sendo que os serviços com maior número de acessos são para emissões de: Certidões, ARTs, Acervo Técnico, boletos para pagamento, dentre outros.

Nosso Portal conta com uma série de recursos para atendimento à Sociedade, como por exemplo: Consulta Pública de profissionais e empresas registradas, Denúncia on-line, Perguntas frequentes, Fale conosco, Banco de Empresas, Biblioteca Virtual e Agenda de Cursos e Eventos.

No período de janeiro a dezembro de 2018, o Portal do Crea-SP contabilizou 14.797.015 visualizações de página, geradas por 4.190.295 sessões, com média de 3,53 páginas visitadas a cada sessão, com permanência média de 13 minutos no Portal. Cerca de 76% dessas visitas são feitas em dispositivos desktop.

Destaca-se também a área de Notícias, em que é dada ampla publicidade às ações Institucionais do Conselho, com divulgação de Deliberações oriundas do Sistema Confea/Creas, convênios e parcerias firmados com Instituições de Ensino, Entidades de Classe e outros Órgãos.

A Biblioteca Digital do Crea-SP é uma ferramenta dinâmica, e complementa a prestação de serviços do Conselho, sendo voltada para a curadoria e divulgação de obras, em suporte eletrônico de diversas áreas do conhecimento. Garante também acesso gratuito a uma série de livros e publicações técnicas e de interesse geral à população. Seu Acervo conta com Livros, Periódicos, Publicações Técnicas, Relatórios de Câmaras/Grupos de Trabalhos e Teses, totalizando 7.931 (sete mil, novecentas e trinta e uma) publicações e 2.500 (duas mil e quinhentas) sugestões de leitura e notícias (post), totalizando 10.431 itens para consulta.

No período de janeiro a dezembro de 2018 este site auxiliar contou com 52.732 (cinquenta e duas mil, setecentas e trinta e duas) visualizações de página, geradas por 13.079 (treze mil, e setenta e nove) sessões, com uma média de 4,03 (quatro, zero três) páginas por sessão, com a visita de 10.760 usuários. Registramos inclusive visitas com acessos oriundos dos EUA, França, Alemanha, Peru, Yemen, Emirados Árabes e Iraque, além do Brasil.

Possuímos também um espaço destinado a jovens estudantes e recém-formados. Criado com o intuito de aproximar os novos profissionais do Sistema CONFEA/CREA-SP, e mais, é uma tribuna livre para quem quer ingressar na carreira. Chama a participar e a se cadastrar gratuitamente, ou seja, sem nenhum custo e anuidade. O site hoje tem sua utilidade centrada em captar inscrições para a realização do evento: CREA-SP JOVEM, que anualmente acontece no final do primeiro semestre do ano. Disponibilizamos dentre outros conteúdos, informações sobre registro profissional, o qual sendo requerido em até 180 (cento e oitenta) dias após a Colação de grau, pode gerar até

90% (noventa por cento) de desconto no pagamento da primeira anuidade.

Outro canal que possuímos é a Newsletter que em português poderia ser traduzido para Boletim informativo. É um tipo de mensagem eletrônica, utilizada pelo CREA-SP como mais uma ferramenta de Comunicação, onde profissionais e empresas, recebem via internet envio de mensagens eletrônicas de texto e imagens para endereços eletrônicos (e-mails) cadastrados em nossos Sistemas.

Ao longo de 2018, utilizamos em média 4.600.000 (quatro milhões e quinhentos mil) créditos para envio de mensagens eletrônicas de texto e imagem (newsletter) com informações relevantes aos profissionais e empresas registradas no Crea-SP, campanha de Anuidade, divulgações das Eleições do Sistema Confea/Crea de 2018 e informativo direcionado ao público interno (Crea On-line).

A página do Crea-SP no Facebook continua sendo o principal ponto de diálogo estabelecido com o público jovem, usualmente pouco participativo nas demais mídias do Conselho. Em 7 de janeiro de 2019, os relatórios apontavam que 77% dos fãs da página têm até 44 anos e que a mesma faixa etária é responsável por 70% das interações. A partir da análise de alcance e envolvimento dos conteúdos veiculados via Facebook pelo Conselho, foi possível determinar os temas de maior interesse do público, o que serviu de orientação para que a Comunicação do Crea-SP adequasse sua produção àquilo que é mais relevante para os profissionais e a sociedade.

Para nosso público interno focamos na publicação eletrônica Revista Crea-SP. Foi lançada em janeiro de 2017 e ganhou corpo graças à padronização visual e editorial e à periodicidade bimestral. Destinada aos funcionários e demais colaboradores do Conselho, a revista eletrônica colabora para a comunicação entre diferentes áreas. As edições são disponibilizadas para visualização em duas frentes: ferramenta de publicação digital (externa) e em versão .pdf (para download)

Atendemos a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); em atendimento ao Manual de Aplicação da Lei de Acesso à Informação do Sistema Confea/Crea, estabelecido pela Decisão PL nº 187/2017 do Confea; e no intuito de facilitar o acesso aos dados do CREA-SP, bem como divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse público sobre o Conselho, disponibilizamos na página http://crea-sp.implanta.net.br/portaltransparencia as informações exigidas por lei, além de dados complementares relativos ao órgão. O Portal da Transparência do Crea-SP tem sido atualizado regularmente, adaptando-se a todas as exigências legais. Mensalmente, é produzido um relatório para levantamento e acompanhamento da atualização das informações do Portal e cobrança das áreas responsáveis, quando necessário.

GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

3

A GESTÃO INTEGRADA E proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável. A Gestão de riscos no Conselho é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas conforme abaixo:

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS

Departamento de Finanças

COM RELAÇÃO À GESTÃO integrada e proativa de riscos, entendemos ser de fundamental importância para a entrega dos resultados de maneira segura e sustentável. Por isso com relação às operações financeiras, o Crea-SP realiza as estratégias de gerenciamento de risco e os efeitos nas demonstrações contábeis conforme segue:

Risco de Crédito

O RISCO DE CRÉDITO decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pelo Crea-SP, bem como aos valores a receber (anuidades).

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

1. com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras oficiais, cujos prazos de vencimento são de curto prazo;

2. com relação às contas a receber referente aos valores de anuidades dos profissionais, tendo em vista a necessidade de estarem adimplentes para o exercício da profissão.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Risco de mercado

O RISCO DE MERCADO consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração e utilização de títulos públicos.

Risco de liquidez

O RISCO DE LIQUIDEZ está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Conselho para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Departamento de Recursos Humanos

DENTRE OS POSSÍVEIS RISCOS identificados em nossa gestão de pessoas, que podem vir a comprometer de forma grave o cumprimento da nossa missão institucional ao longo do tempo, podemos citar o risco de perda de pessoal e em consequência, a perda de capital intelectual.

Perda de pessoal

ATUALMENTE ACOMPANHAMOS E MONITORAMOS algumas situações específicas que podem ocasionar, em curto e médio prazo, a perda de pessoal/mão de obra. Dentre as situações que podem ensejar a perda de pessoal, ressaltam-se:

1. A redução do quadro de pessoal decorrente da não reposição das vagas geradas por rescisões (pedidos de demissão, falecimentos e aposentadorias).

2. Existência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que poderá determinar na demissão dos funcionários admitidos sem aprovação em concurso público após 1988. No caso de sua execução, esta acarretará a demissão de cerca de aproximadamente 18% do atual quadro de funcionários. Grande parte desses funcionários são pessoas que detêm significativa experiência e conhecimento tácito dos processos de trabalho.

Visando minimizar os efeitos desses potenciais riscos, o Crea-SP vem envidando ações para reduzir os respectivos impactos. No que diz respeito, em especial, quanto ao Termo de Ajustamento e Conduta, o Conselho vem acompanhando sistematicamente o andamento da ação e mantendo contato com os órgãos envolvidos, na expectativa de que tais diretrizes possam ser revisadas.

Paralelamente foi reestabelecido o andamento do Concurso Público iniciado em 2017 que estava suspenso por força de liminar para provimento de 9 vagas e cadastro reserva, o qual foi homologado em 2018, possibilitando a continuidade das etapas para contratação de pessoal.

SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA

Principais riscos

1. Falha no controle de prazos e compromissos judiciais e extrajudiciais;

2. Inconsistências jurídicas nas manifestações;

3. Não exercício, tempestivo, do direito/dever de ação que importem em decadência e/ou prescrição;

Medidas específicas para o gerenciamento dos riscos:

ATUALMENTE, REALIZAMOS O CONTROLE dos prazos e compromissos judiciais através de planilhas eletrônicas, compostas pelos processos e seus respectivos responsáveis. Não obstante, visando mitigar ou minimizar os riscos inerentes ao controle de prazos, a SUPJUR pretende adquirir ferramentas tecnológicas que auxiliem no controle interno dos diversos atos judicias e extrajudiciais, através da qual almeja otimizar, gerar eficiência e celeridade nos procedimentos desenvolvidos pela unidade;

No que pese a qualidade técnica de nosso corpo funcional, certo é que a dinâmica jurídica de nosso ordenamento nos impõe a almejar à necessidade de atualização constante de nosso time, razão pela qual pretende implantar a realização de cursos, fomento à capacitação, aquisição de livros e assinaturas de revistas e/ou periódicos de natureza acadêmica a fim de subsidiar os procedimentos da unidade organizacional;

A necessidade de atuação tempestiva dos atos processuais, sobretudo os relacionados à execução fiscal, urgem pela implantação de mecanismos de controle efetivo e ferramentas tecnológicas para sua satisfatória concretização. Neste aspecto, pretende-se adquirir softwares adequados ao tratamento desta finalidade.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Risco da informação

A POLÍTICA DE SEGURANÇA da Informação do CREA-SP está em constante revisão e evolução de acordo com as demandas, vulnerabilidades

detectadas e novas ameaças que são descobertas diariamente no contexto da Tecnologia da Informação.

Há uma série de procedimentos documentados e práticas formalizadas adotadas no Departamento de Informática que visam garantir a segurança da informação. A Unidade de Desenvolvimento utiliza a ferramenta Team Foundation Server (TFS) da Microsoft para gerenciamento dos itens de trabalho que integram o time de desenvolvimento. O TFS é utilizado como repositório do sistema de controle de versão do CREANet, principal sistema corporativo do CREA-SP, bem como para armazenar e gerenciar esses itens de trabalho. Essa prática visa garantir a segurança, escalabilidade, confiabilidade e o controle de versão para os conjuntos de mudanças (Changesets) que ocorrem no sistema, resultando na consolidação e unificação da gestão de conhecimento, processos e códigos de desenvolvimento, ganho na produtividade, qualidade e governança.

O controle de acesso e permissões dos usuários a diversos sistemas corporativos ocorre pelo Microsoft Active Directory - AD. Cada usuário do CREA – SP tem um cadastro no AD, e por esse cadastro são controlados os acessos de cada usuário em vários sistemas. Na rede interna, quando aplicado, controla o acesso às pastas da rede nos servidores. No âmbito do CREANet, esse cadastro, dependendo de qual grupo de segurança o usuário faz parte, controla permissões de serviços específicos – como, por exemplo, cadastro de profissionais, emissões de boletos, etc. Também por outros grupos de segurança contidos no AD, faz-se o controle de permissões específicas aos sistemas de SAT e acesso a determinados tipos de sites. O acesso dos usuários é permitido somente no horário de serviço, sendo necessário pedido formal para liberação em horários extraordinários.

O serviço de correio eletrônico e de hospedagem de site do CREA-SP está situado em ambiente externo, em empresa contratada via licitação. Conta com ambiente de Datacenter com diversos acordos de níveis de serviço pré -estabelecidos em contrato. Toda proteção ao ambiente de acesso ao site e de acesso aos e-mails institucionais é provido pela empresa contratada, em conjunto com a equipe de Informática do CREA-SP. Essa infraestrutura separada conta com todos os dispositivos de segurança físicos e lógicos necessários a um Datacenter, como controle de acessos, software de firewall e AntiSpam. Cada usuário do CREA-SP tem um cadastro para acesso à sua conta de e-mail.

O acesso à internet de cada usuário, definido através de grupo de AD, conta com serviços de segurança implementados por software no firewall, como filtro de conteúdo, antispyware, antivírus de borda. Todos esses serviços são ativados para que haja uma segurança efetiva para acessos internos à internet e para acessos externos à nossa rede, como no uso do CREANET por parte dos profissionais.

Cada micro do CREA-SP também conta com cliente de software antivírus reconhecido no mercado, com controle centralizado, diariamente atualizado, com varredura diária, e proteção em tempo real.

Também temos implantado software de controle específico para acesso à internet, para se detalhar melhor em quais categorias de atividades o usuário pode ter acesso. Esse controle é feito com base nos grupos de segurança do AD. As Unidades de Suporte ao usuário mantem rotinas de backups, diários, mensais, semanais e mensais e são realizados backups dos bancos de dados, sistemas de arquivos e servidores virtualizados.

Com relação à segurança física, contamos conta com nobreaks com autonomia de até 3horas, em indisponibilidade energética com gerador de capacidade 625kVA da marca CUMMINS e testes realizados uma vez por mês. A manutenção preventiva e corretiva está sendo contratada. A estrutura do CPD conta com extintores de incêndio para contenção de incêndios. O Acesso é restrito a profissionais de TI do CREA-SP e/ou Fornecedores Monitorados pela equipe da USU.

A crescente complexidade tecnológica, a constante evolução e a velocidade das inovações no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação são fatores que direcionaram o CREA-SP a ampliar significativamente a quantidade de seus fornecedores e provedores de serviços nessa área.

Nosso Departamento de Informática gerencia atualmente 09 (nove) contratos vigentes com fornecedores distintos de soluções de TIC. As medidas adotadas pelo DIF a fim de mitigar dependências tecnológicas englobam:

- Capacitação das equipes a fim de absorver efetivamente as tecnologias contratadas junto a terceiros;
- São inseridas cláusulas explícitas que exigem das contratadas o repasse de conhecimento à nossa equipe, bem como todo o apoio técnico para a transição a uma nova contratada;
- Os softwares relacionados às atividades fim do CREA-SP cujo desenvolvimento é contratado por licitação são adquiridos com a transferência total ao Conselho, inclusive de direitos e dos códigos fontes, a fim de eliminar qualquer dependência no médio e longo prazo do fornecedor externo;
- O principal sistema corporativo do CREA-SP – CREANet – foi contratado e desenvolvido por empresa terceirizada, sendo implantado em agosto de 2012. Tão logo foi implantado, foi iniciada uma intensa capacitação interna da equipe de desenvolvimento e, desde 2013, o sistema está integralmente sob a gestão da nossa gente;
- O suporte ao Documentum, que é a plataforma de ECM/GED que compõe a solução "Atendimento Web" também foi assumido integralmente pela nossa equipe técnica a partir de janeiro de 2016. Para esta solução também há suportes contratados de segundo e terceiro nível.

RESULTADOS DA GESTÃO

4

NOS ÚLTIMOS ANOS PASSAMOS por grandes mudanças em nossa gestão que trouxeram reflexos para a gestão dos nossos capitais. Fruto dessas mudanças, houve uma readequação do efetivo e o início de um processo de transformação na forma como gerimos o capital humano, levando sempre em conta que são as pessoas que possibilitam a existência, a inovação e a sustentabilidade do nosso negócio

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS	PRINCIPAIS RESULTADOS	
Aperfeiçoar a interlocução com os profissionais, empresas, sociedade e instituições governamentais e não-governamentais	Criação da área de Relações Institucionais	10 acordos de Cooperação firmados com organização da sociedade civil
Propiciar a atualização sistêmica e tecnológica com inserção e transformação digital da Gestão	Implantação de infraestrutura adequada (computadores e softwares)	Inicio de estudos para implantação do BI e BPMS
Gerar maior eficiência e economicidade à Gestão, potencializando a receita e otimizando as despesas	Revisão da cobrança via remessa potencializando a comunicação via newsletter com os profissionais gerando redução de custos com despesas bancárias	
Fortalecer a imagem institucional	Implementação de ferramentas modernas de comunicação, chat, sms, gerando melhoria da comunicação interna	Processo de Contratação de empresa de publicidade iniciada em 2018
Desenvolvimento do Quadro Funcional do CREA-SP	Treinamentos realizados – 24 ações educativas contemplando 1271 participações (média de 53 colaboradores por curso) – desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais	

A expansão das nossas fronteiras, com a contratação da frota externa e a contratação de serviço de locação de computadores e notebooks foi um grande marco para nós, que permitiu a superação de desafios e o desenvolvimento de tecnologias, refletindo o valor do **CAPITAL NATURAL**.

O conhecimento não se encontra apenas nos documentos, livros, bases de dados e sistemas de informação, mas também nos processos de negócio, nas práticas dos grupos e na experiência acumulada pelas pessoas. E é justamente

aí que entram as práticas de gestão do conhecimento, uma forma de mobilizar o conhecimento por meio do compartilhamento de experiências e vivências. No âmbito de nossa gestão do conhecimento, aprimoramos o nosso **CAPITAL INTELECTUAL** por meio do desenvolvimento de pessoas e tecnologias.

O **CAPITAL INTELECTUAL** no Conselho é definido como a resultante da combinação dos conhecimentos de nosso corpo técnico e das nossas tecnologias a serviço dos profissionais e empresas da engenharia como um todo e a sociedade. Se analisarmos nossa missão, que está conectada à nossa Cadeia de Valor, percebemos que a aplicação de todo nosso capital intelectual está presente também na disponibilização da transparência, desburocratização, eficiência e rapidez no acesso aos serviços prestados aos engenheiros, empresas e sociedade, facilitando para o cidadão e para as empresas o cumprimento das suas obrigações e o acesso a informações de seu interesse.

As pessoas são percebidas como atores que atuam em macroprocessos de negócio e as tecnologias são utilizadas para suportar esses mesmos processos. Esses macroprocessos podem ser compreendidos como um conjunto de ações, realizadas em uma sequência definida, para a geração de resultados para partes interessadas. Como forma de valorização do nosso capital humano, investimos R$ 3,3 milhões em Gratificação, mediante critérios de elegibilidade pré-estabelecidos, contemplando 674 funcionários.

Incentivamos a qualificação de nossos funcionários mediante ações internas e externas de educação continuada. Em 2018, foram realizadas o total de 24 ações educativas, contemplando 1.271 participações, correspondente a média de 53 colaboradores por curso para atualização e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. Destaca-se a continuidade do Programa de Qualificação Profissional voltado para o aperfeiçoamento específico para funcionários da área fim (SUPFIS).

24
ações educativas

1.271
participações

53
Média de colaboradores por curso para atualização e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais

Ao todo, foram investidos cerca de R$ 166 mil em educação continuada, R$ 221 mil para a formação de graduação e pós-graduação de nossa equipe, contemplando 31 beneficiários. 70% de nossa gente possui superior completo, sendo 58% graduados, 10% pós-graduados agregando valor ao nosso **CAPITAL INTELECTUAL**.

Com o objetivo de se adotar práticas modernas de gestão de pessoas, o CREA-SP implantou, em 2018, a Gestão por Competência, mediante a implantação de um novo modelo de Avaliação de Desempenho com foco em competências, que mobilizou todo o corpo funcional. A primeira avaliação oficial nessa nova metodologia contemplou 663 participantes, correspondente a 91% do quadro funcional, relativa ao período avaliativo de 01/01/2018 a 31/12/2018.

Em 2018, celebramos compromissos com cerca de 110 fornecedores através de licitação. Em virtude da legislação publica, nossos fornecedores devem cumprir política de responsabilidade social, normas de segurança, meio am-

investidos cerca de

R$ 166 mil

em educação continuada

R$ 221 mil

para a formação de graduação e pós-graduação

31

beneficiários

70%

de nossa gente possui superior completo, sendo

58% graduados,

10% pós-graduados

biente e saúde e orientações sobre políticas e procedimentos de prevenção à corrupção em linha com as melhores práticas de compliance e com as legislações anticorrupção nacional e internacional. Por isso estamos aprimorando o nosso processo de gestão de fornecedores com o objetivo de mitigar potenciais riscos de corrupção em contratações de bens e serviços e as empresas interessadas em comercializar conosco devem fazer parte do nosso cadastro refletindo valor em nosso **CAPITAL SOCIAL E RELACIONAMENTO**.

um aumento de

8,83%

na quantidade de Anotação de Responsabilidade Técnica arrecadada

aumento de

7%

registro de empresa

18.442

emissões de Carteiras de Identidades Profissionais (registros e 2º Vias)

24.640

novas inscrições

9.835

interrupções de registro

88.301

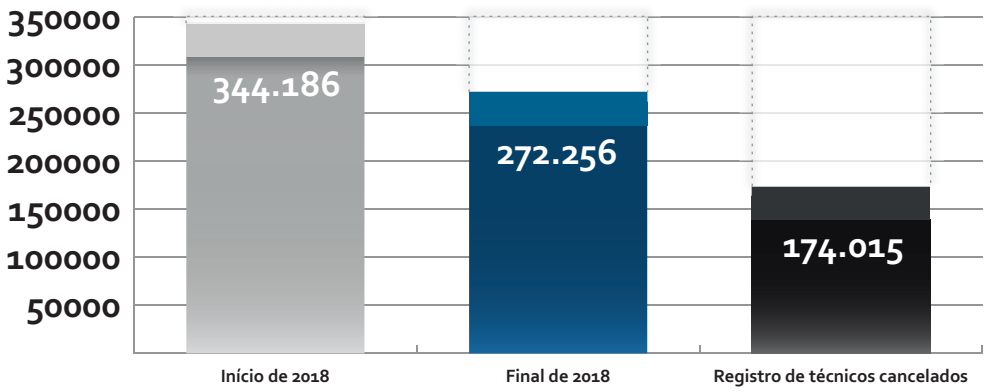
reativações de registros

Com relação aos nossos resultados das áreas finalísticas, as solicitações de acervos técnicos foram alvo de prévia fiscalização no caso de indícios de irregularidades, ou quando o agente responsável pela sua emissão, encontrasse fato que devesse ser melhor esclarecido. Tal determinação coibiu tentativas de fraudes em solicitações de CAT's e aumentou a segurança no processo de emissão de tais certidões, valorizando o documento, conferindo a necessária credibilidade para sociedade e órgãos públicos que solicitam a apresentação dos documentos em seus processos licitatórios atribuindo valor ao nosso capital produtivo. Decorrentes das ações de fiscalização estipulados nos Colégios Regionais de Inspetores de Adamantina, Sorocaba, Guarujá, Assis, Franca, Rio Claro e Votuporanga, geramos um aumento de 8,83% na quantidade de Anotação de Responsabilidade Técnica arrecadada. Iniciamos o ano de 2018 com 344.186 registros ativos, realizando 24.640 novas inscrições, 9.835 interrupções de registro e 88.301 reativações de registros.

Ainda em 2018 através da Lei 12639/2018, foi instituído o Conselho dos Técnicos Industriais, que impactou significativamente no número de registros cancelados, que foi de 174.015 registros cancelados, enquanto os cancelamentos de registros de nível superior foram apenas 514, totalizando 175.036 registros cancelados em 2018. Através desses quantitativos, encerramos

exercício com o total de 272.256 profissionais ativos, uma redução de 20,9% do total de 2017, impactada pela criação desse novo Conselho. Destacamos também os quantitativos de registros de empresas registradas em 2018, num total de 5.654, sendo também cancelados 1.151 empresas, encerrando o exercício daquele ano com 69.153 empresas ativas, representando um aumento de 7%, percentual considerável na atual crise econômica que o país atravessa. Acrescente-se ainda, os quantitativos de serviços de Emissão de Carteiras de Identidades Profissionais (registros e 2º Vias) emitidas, num total de 18.442. Tudo isso agregou valor ao nosso **CAPITAL PRODUTIVO**.

IMPACTO - CONSELHO DOS TÉCNICOS



Com relação ao nosso C**APITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO**, durante o exercício de 2018 foram firmados um total de 391 parcerias com Entidades de Classe, em regime de mútua cooperação (com repasse financeiro), nas finalidades de Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Contratos de Prestação de Serviços e Cessão de Uso e Instalações e mantidos um total de 10 Acordos de Cooperação (sem repasse financeiro) com as organizações da sociedade civil e respectivos objetos de seus convênios, para a consecução de ações conjuntas de interesse público e recíproco. Assim sendo, houve maior representatividade do Crea-SP nos municípios em virtude do aumento dos termos celebrados no montante de R$ 2,3 milhões referente aos repasses financeiros realizados.

391
parcerias com Entidades de Classe

10
Acordos de Cooperação (sem repasse financeiro) com as organizações da sociedade civil e respectivos objetos de seus convênios

Aumento dos termos celebrados no montante de
R$ 2,3 milhões
referente aos repasses financeiros realizados

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E AREAS ESPECIAIS DE GESTAO

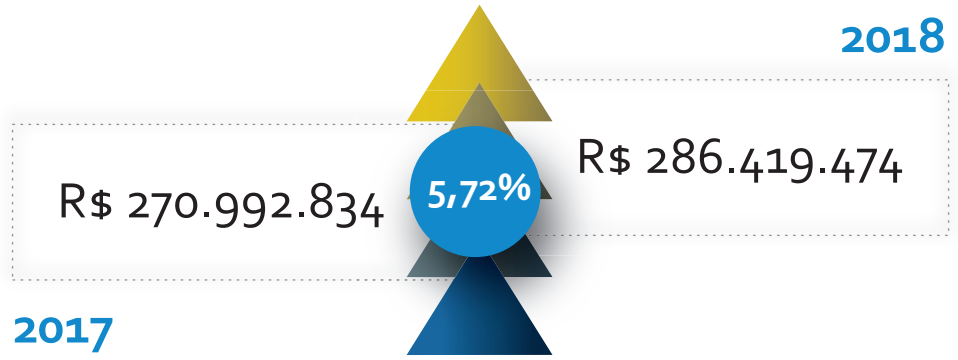
5

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

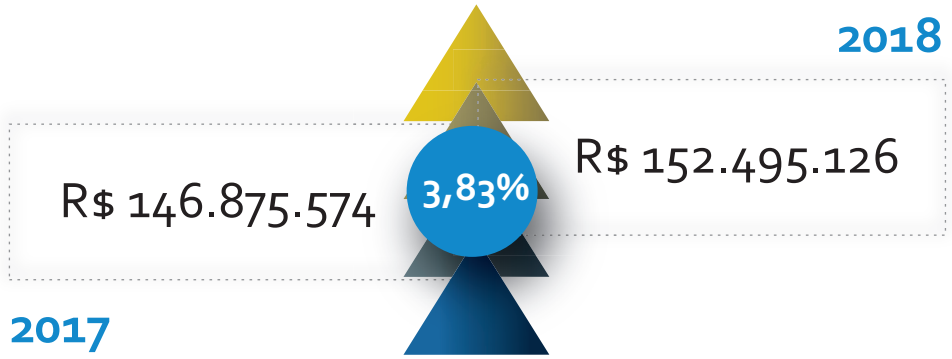
NO PERÍODO DE JANEIRO a dezembro de 2018, alcançamos uma arrecadação de R$ 286,419. Milhões, o que representou um crescimento de 5,72%. Esse resultado foi alcançado devido às ações do planejamento estratégico referentes à fiscalização e cobrança de dívida ativa que impactaram respectivamente em 9,03% e 29,12. Em janeiro de 2018 distribuímos aproximadamente 19.500 devedores de anuidades de 2014 à 2017 totalizando R$ 48,7 milhões. Com relação a cobrança, foi realizada uma gestão eficaz na emissão de boletos o que gerou uma economia aproximada de 1 milhão de reais.

ANO	BOLETOS QUE DEIXARAM DE SER EMITIDOS EM RELAÇÃO A 2016	VALORES E TARIFAS	ECONOMIA R$
2017	219.016	1,43	313.192,88
2018	453.774	1,47	667.047,78
2019	592.852	1,47	871.492,44
TOTAL	672.790		980.240,66

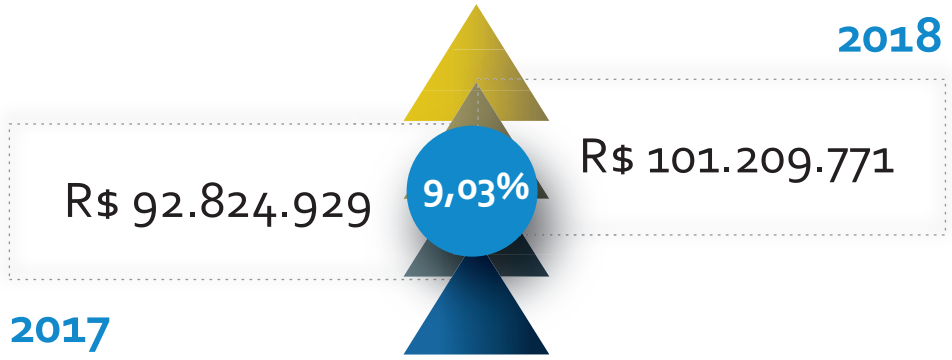
ARRECADAÇÃO TOTAL EM 2018



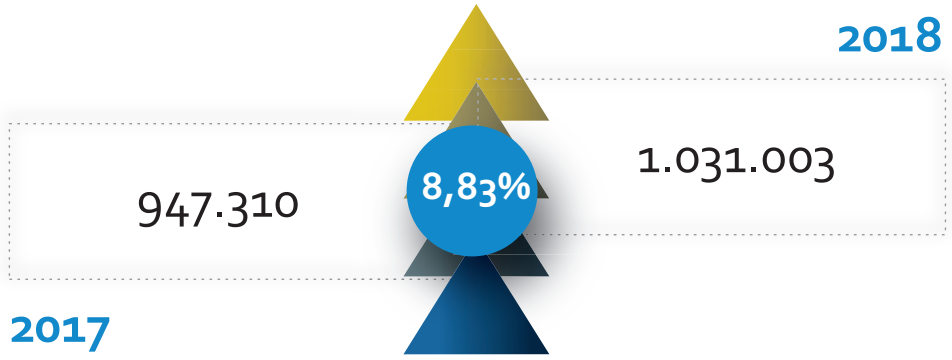
ANUIDADE



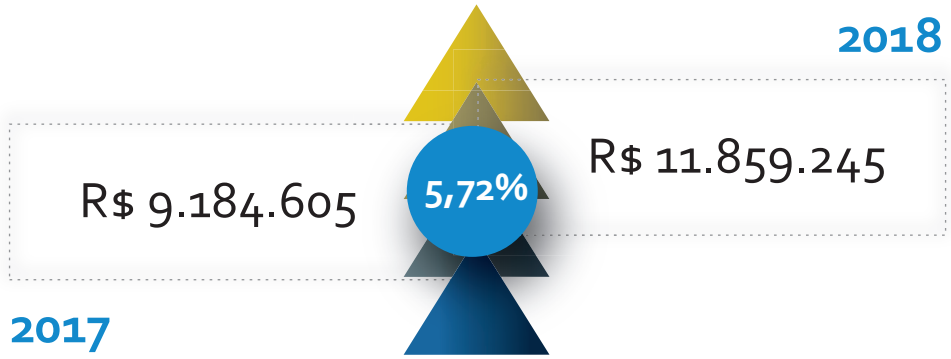
ART



QUANTIDADE DE ART

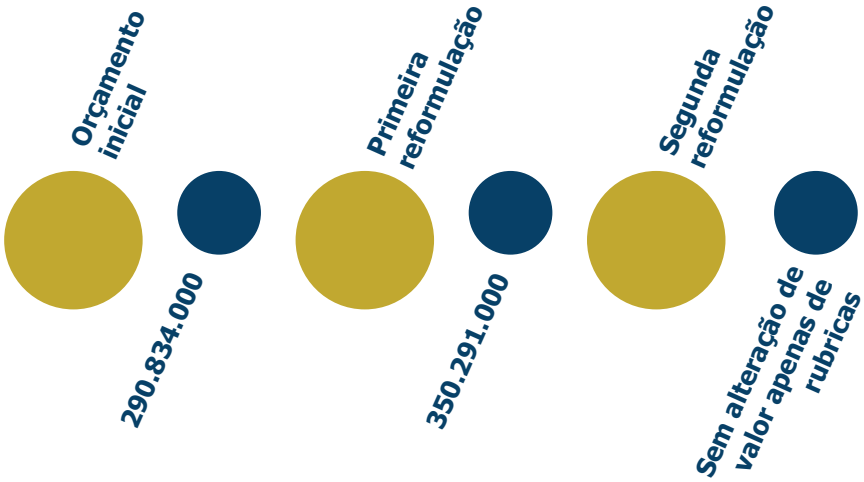


DÍVIDA ATIVA

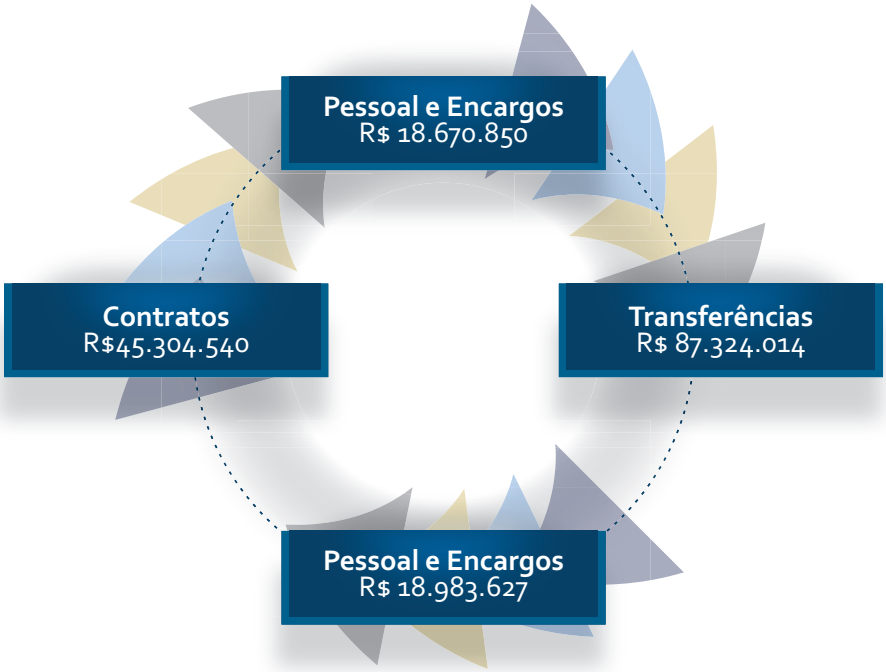


Nosso orçamento atende ao princípio do orçamento bruto. Nossa programação orçamentária não depende do orçamento da União, e nossas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades devidas pelos profissionais e empresas de engenharia, dos emolumentos, anotações de responsabilidade técnica, multas de infração e outras previstas na legislação.

Enviamos nossa Proposta Orçamentária até do dia 15 de outubro de cada ano para o CONFEA; em atendimento do disposto no artigo 6º da Resolução nº 1.037/2011 e essa mesma norma, em seu artigo 13º, autoriza aos CREA's, no período de março a dezembro, a modificarem seus orçamentos por meios de reformulações orçamentárias. No exercício de 2018 foram realizadas três reformulações orçamentárias.



O valor pago em 2018 totalizou R$ 254,8 milhões, sendo a diferença entre o valor empenhado e pago de R$ 15,.4 milhões que foram classificados como Restos a Pagar Processados e não Processados. Em virtude das demandas judiciais referentes à Casas de Engenharia foi reconhecido no passivo R$ 10.517.145 milhões de Restos a pagar processados de anos anteriores.



GESTÃO DE PESSOAS

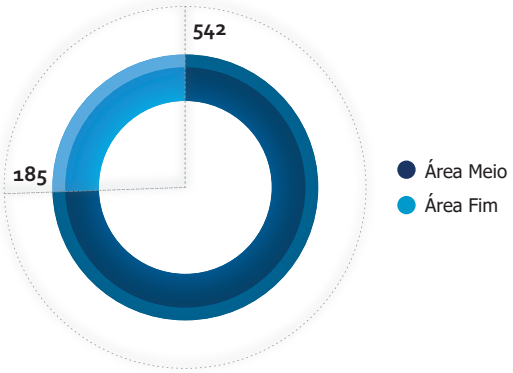
DEMONSTRAMOS OS INDICATIVOS CONTENDO as principais rubricas de despesas com o pessoal para os anos de 2017 e 2018, subdivididas entre despesas com funcionários do grupo de carreira e despesas com funcionários ocupantes de cargo em comissão. A partir de 2018, em decorrência da Lei nº 13467, que alterou artigos da CLT, deixou-se de contabilizar em folha os valores pagos a título de diárias e quilometragem. Nosso quadro de pessoal, é composto por basicamente de 22 cargos de carreira e 12 de livre nomeação.

O ano de 2018 caracterizou-se por adequações na estrutura organizacional pela Gestão Administrativa do Crea-SP, o que impactou diretamente na composição de nosso quadro de pessoal, em especial nos cargos de livre provimento. Quanto à distribuição da força de trabalho entre as áreas meio e fim, verifica-se maior concentração na segunda, representando, como não poderia deixar de ser, maior foco nas atividades fim da Autarquia, representado por 75% de funcionários lotados nas áreas fim e 25% nas áreas meio. Quanto aos afastamentos que reduzem a força de trabalho, foram identificados no ano de 2018, totalizando o absenteísmo em dias, aproximadamente 40 funcionários ausentes durante todo o exercício.

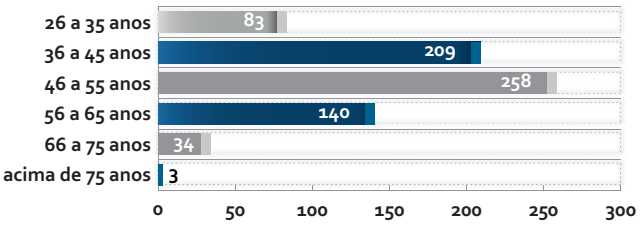
Desta análise, não se pode falar em controle de absenteísmo sem fazer uma avaliação dos fatores clínicos-epidemiológicos dos funcionários que são assistidos pela medicina ocupacional, que realiza programas de acompanhamento e prevenção por meio de palestras e divulgação de material informativo.

Aproximadamente 60% dos funcionários possui idade acima de 46 anos e apenas 11% do quadro tem idade inferior a 35 anos. Diante do envelhecimento do quadro e alto custo de remuneração, em 2018, foi elaborado estudo para viabilidade de Programa de Demissão Voluntária-PDV. Além disso, possuímos uma quantidade de funcionários aposentados significativa que serviu de base para o estudo do PDV. Foram admitidos 20 funcionários para ocupar cargo em Comissão.

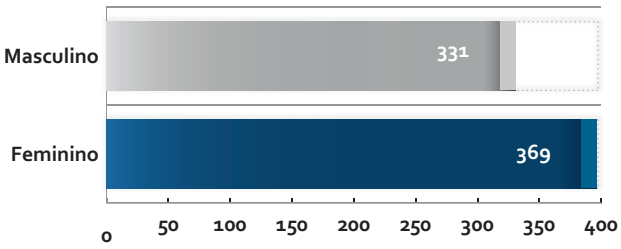
CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ÁREA MEIO / ÁREA FIM



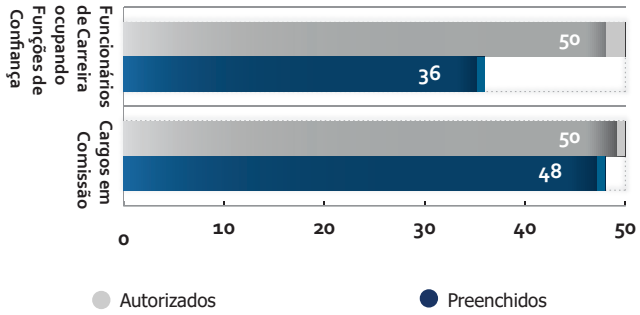
POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



POPULAÇÃO POR SEXO



OCUPANTES DE CARGO DE GESTÃO



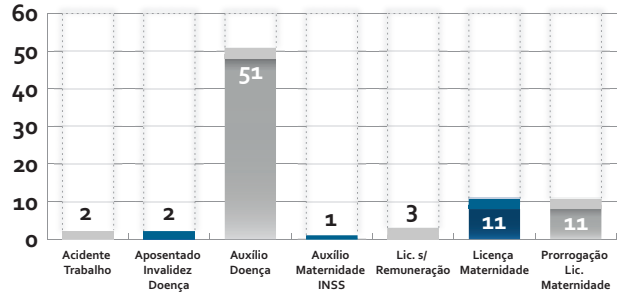
CONTRATAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ÁREA MEIO / ÁREA FIM

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1.Funcionários em cargos efetivos	915	679	0	13
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Funcionários de carreira	915	679	0	13
1.2.1 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	865	643	0	13
1.2.2 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	50	36	0	0
2. Funcionários com contratos temporários	0	0	0	0
3. Funcionários ocupantes de cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho	50	48	20	12
4. TOTAL DE SERVIDORES (DEZ/2018)	**965**	**727**	**20**	**25**

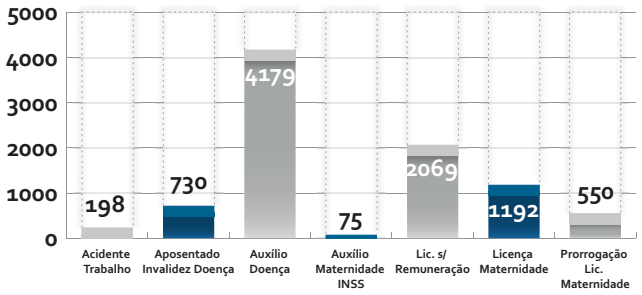
DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

TIPOLOGIA DOS CARGOS	LOTAÇÃO EFETIVA	
	ÁREA MEIO	ÁREA FIM
1.Funcionários de carreira	162	517
1.1. Funcionários de carreira	162	517
1.1.2 Funcionários de carreira vinculada ao órgão	151	492
1.1.3 Funcionários de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4 Funcionários de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5 Funcionários requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.6 Funcionários de carreira ocupantes de funções de confiança	11	25
2. Funcionários com contratos temporários	0	0
3. Funcionários sem vínculo com a Administração Pública (cargos em comissão - livre provimento com contrato de trabalho)	23	25
4. Total de Funcionários DEZ/2018 (1+2+3)	**185**	**542**
	25%	**75%**

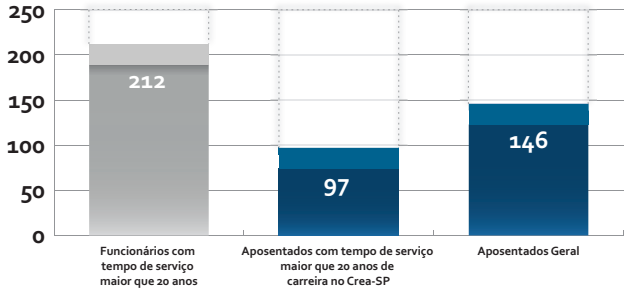
TOTAL DE AFASTAMENTOS – ANO 2018



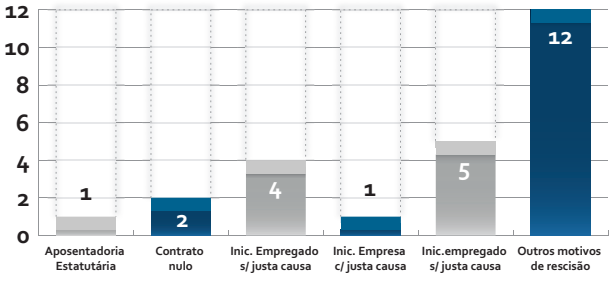
TOTAL DE DIAS DE AFASTAMENTOS ANO 2018



TEMPO DE SERVIÇO



TOTAL DE DESLIGAMENTO POR TIPO DE VÍNCULO



CARGO DE CARREIRA

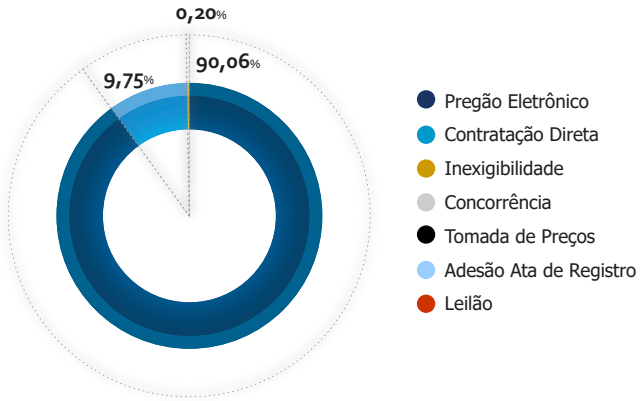
	VENCIMENTOS E VANTAGENS	RETRIBUIÇÕES (FG=GRATIF SUBST)	GRATIFICAÇÕES (13º)	ADICIONAIS (HE,ADIC, NOT 1/3 FÉRIAS)	INDENIZAÇÕES (KM, DIÁRIA E AUX.CRECHE)	BENEFICIOS ASSISTÊNCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS (AUX. FUNERAL)	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS (REEMBOLSOS+GRATIFICAÇÃO ANUAL)	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
2018	48.123.626,30	3.125.577,60	4.280.308,04	2.098.660,14	745.686,14	67.664,52	7.053.981,48	0,00	228.198,94	65.723.703,16
2017	48.008.204,60	2.885.900,60	4.970.792,22	2.066.313,31	1.374.345,02	93.931,11	6.987.135,95	0,00	141.891,14	66.528.513,95
2016	45.541.494,95	2.766.182,48	5.281.272,95	1.568.677,15	921.031,37	92.704,40	6.415.660,94	0,00	89.774,93	62.676.799,17

CARGO EM COMISSÃO

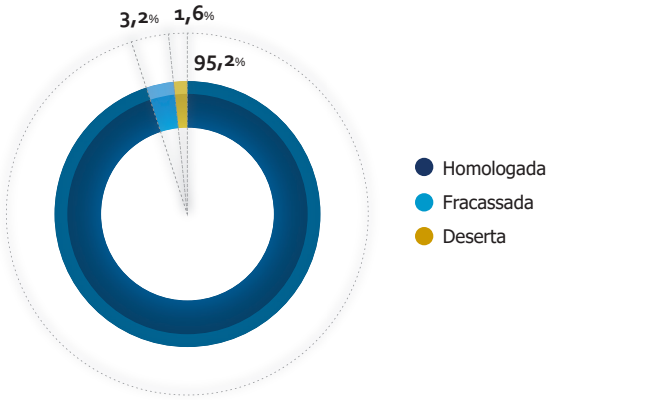
	VENCIMENTOS E VANTAGENS	RETRIBUIÇÕES (FG=GRATIF SUBST)	GRATIFICAÇÕES (13º)	ADICIONAIS (HE,ADIC, NOT 1/3 FÉRIAS)	INDENIZAÇÕES (KM, DIÁRIA E AUX.CRECHE)	BENEFICIOS ASSISTÊNCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS (AUX. FUNERAL)	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS (REEMBOLSOS+GRATIFICAÇÃO ANUAL)	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL
2018	8.675.079,3	16.249,80	660.450,41	130.728,76	62.325,76	3.607,74	185.311,12	0,00	0,00	9.733.752,90
2017	6 422.868,58	4.297,52	579.325,66	22.783,60	243.205,36	0,00	147.959,63	0,00	0,00	7.420.440,35
2016	6.408.393,67	19.639,04	727.394,48	350.284,60	30.755,75	4.663,11	711.133,47	0,00	0,00	8.252.264,12

GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

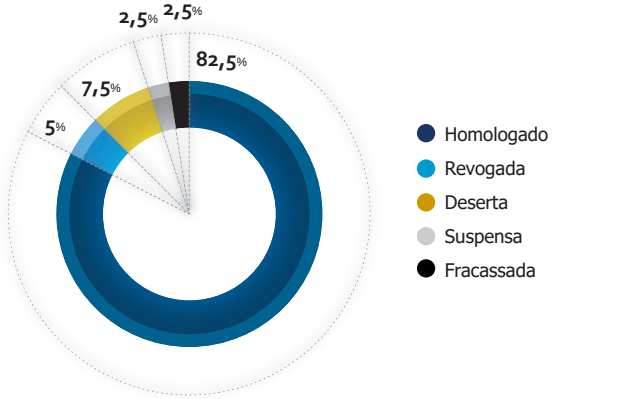
MÉDIA DE VALORES POR PROCEDIMENTOS



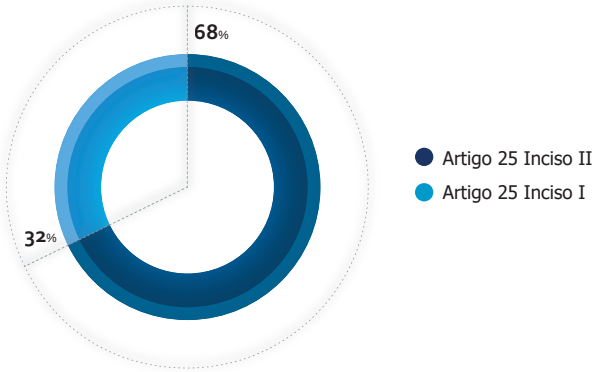
QUANTIDADE POR LOTES



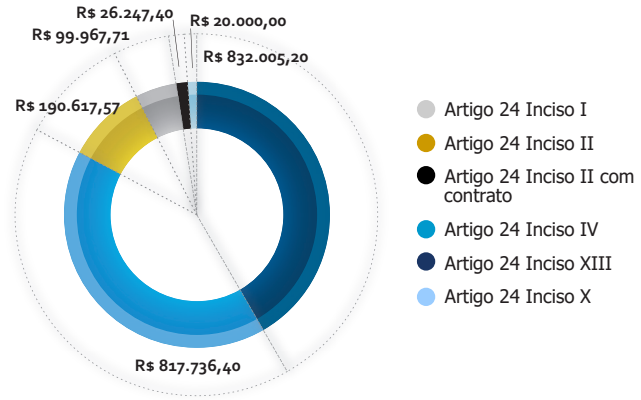
PREGÃO ELETRÔNICO



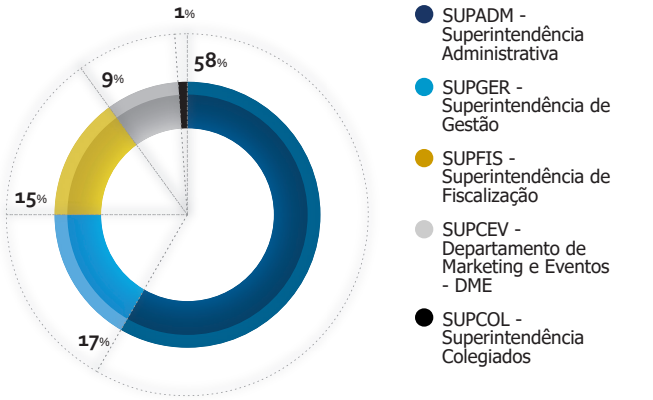
MÉDIA DE VALORES CONTRATAÇÃO – ART. 25



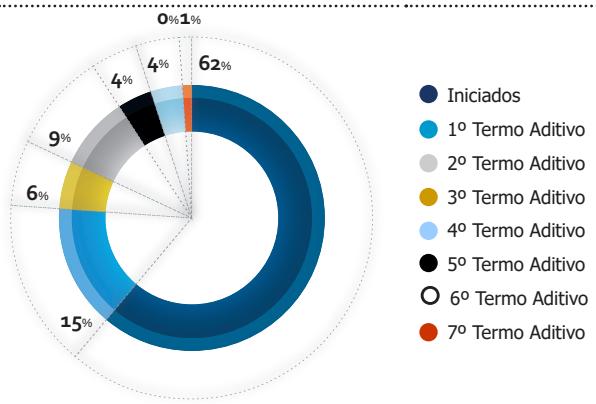
MÉDIA DE VALORES CONTRATAÇÃO ARTIGO 24



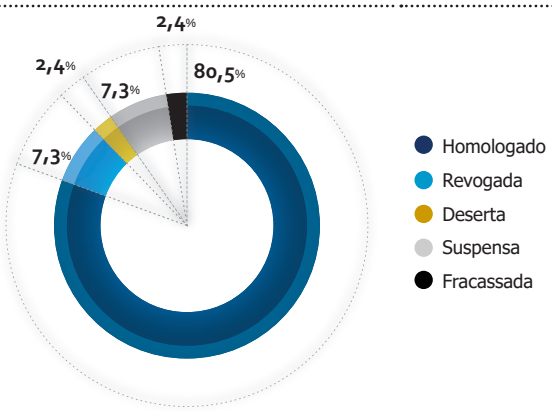
SUPERINTENDÊNCIAS CONTRATOS EM ANDAMENTO



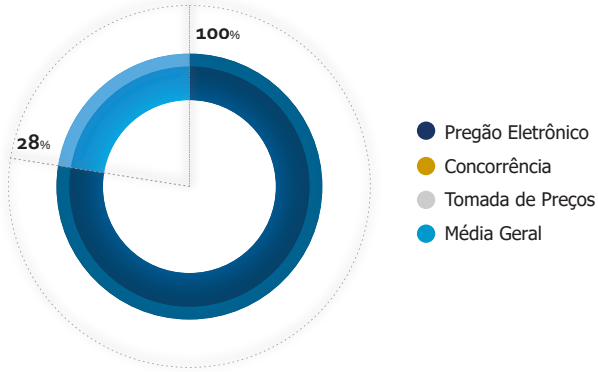
CONTRATOS



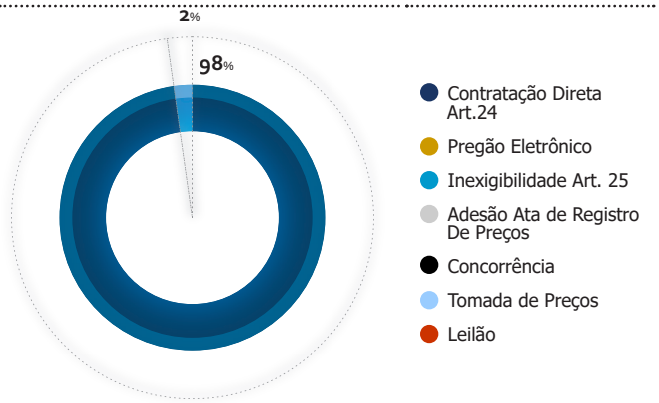
LICITAÇÕES-E



MÉDIA GERAL DE VALORES



PROCEDIMENTOS



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE diversos serviços administrativos com atividades nas áreas de zeladoria, portaria, recepção e controles de acesso, limpeza, segurança patrimonial, postagem e distribuição de correspondências, copa, coleta de lixo e recicláveis, transporte de pequenas cargas, motofrete, seguro predial, atividades junto a órgão oficiais e concessionárias de serviços públicos, controle e pagamento de água, energia elétrica, gás, IPTU, taxa do lixo.

Segue atividades relacionadas a nossa gestão patrimonial.

PATRIMÔNIO	
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**
AUTORIZAÇÕES DE TRANSPORTES EMITIDAS	907
TERMO DE TRANSFERÊNCIA EMITIDOS	89
TERMO DE RESPONSABILIDADE EMITIDOS	292
MOVIMENTAÇÕES DE BENS PATRIMONIAIS REALIZADAS	5.709
CONFERÊNCIA DE MOVIMENTAÇÕES PATRIMONIAIS	5.709
RELATÓRIOS EMITIDOS	104
BENS NOVOS RECEBIDOS/ CONFERIDOS/ CADASTRADOS	44
DEMAIS BENS RECEBIDOS/ CONFERIDOS DE DIVERSAS UNIDADES	1187

Durante o exercício de 2018 envidamos esforços para reduzir nosso gasto com telefonia e conseguimos economizar um total de 72% comparado aos mesmos gastos realizados em 2017.

ECONOMIA DE RECURSOS TELEFONICOS				
	NOVEMBRO/2017 X NOVEMBRO/2018	**DEZEMBRO/2017 X DEZEMBRO/2018**	**JANEIRO/2018 X JANEIRO/2019**	**TOTAL**
Linhas digitais	R$ 20.211,71	R$ 19.379,85	R$ 18.541,26	R$ 58.132,82
Call Center e Ouvidoria	R$ 72.432,53	R$ 78.551,68	R$ 69.354,99	R$ 220.339,20
Telefonia VoIP	R$ 28.532,95	-R$ 2.889,10	R$ 28.532,95	R$ 54.176,80
Total	R$ 121.177,19	R$ 95.042,43	R$ 116.429,20	R$ 332.648,82
Percentual	74,21%	68,05%	73,17%	71,99%

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ESTAMOS EM PROCESSO DE reestruturação e formulando nosso Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o anuênio 2019-2020, que contemplará um modelo de governança para orientar, direcionar e organizar os projetos e ações relacionados direta ou indiretamente com a Tecnologia da Informação (TI) no Conselho.

Instituímos em 2018 o CREA-SP o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), por meio da Portaria nº 019/2018. O CGTI é um órgão colegiado de caráter permanente, de natureza consultiva e deliberativa, com responsabilidades de cunho estratégico e executivo, que tem por finalidade assegurar a governança

de tecnologia da informação e comunicação - TIC, aconselhar sobre o direcionamento estratégico de TIC. Auxiliando na formulação de propostas de políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação e de serviços digitais. O CGTI é composto por representantes das Superintendências responsáveis pelos recursos, fiscalização, registros e colegiados do Conselho, apoiados pela Assessoria da Presidência e pelas áreas técnicas de TI.

Composição do CGTI:

1. Assessoria da Presidência
2. Departamento de Informática
3. Unidade de Suporte ao Usuário
4. Unidade de Desenvolvimento
5. Gabinete da Presidência
6. Superintendência de Gestão de Recursos - SUPGER;
7. Superintendência de Colegiados - SUPCOL;
8. Superintendência de Fiscalização – SUPFIS

O modelo de governança a ser implantado pelo CGTI está pautado nos seguintes princípios e diretrizes:

1. Priorização corporativa de atendimento às demandas inerentes à tecnologia da informação e serviços digitais;
2. Análise das demandas inerentes à tecnologia da informação e serviços digitais para formulação de proposta de priorização corporativa com base em critérios técnicos e objetivos;
3. Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI;
4. Acompanhamento, avaliação e monitoramento sistemáticos da Governança de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, assim como da situação de governança, gestão, uso e resultados inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais no âmbito do Crea/SP;
5. Publicidade e transparência das iniciativas, alocação de recursos, investimentos e resultados inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais;
6. Monitoramento e avaliação da gestão de TI, observando o desempenho das operações de TI e a implementação das estratégias, planos e o cumprimento das políticas de TI.

Framework para governança de TI no CREA-SP:

1. Mapeamento dos projetos e ações previstos no Planejamento Estratégico relacionados direta ou indiretamente com a TI a serem contemplados no PDTI

2. Elaboração do inventário de necessidades

3. Dimensionamento da capacidade de TI

4. Verificação das necessidades de informação

5. Verificação das necessidades de infraestrutura

6. Verificação das necessidades de contratação

7. Verificação das necessidades de recursos humanos

8. Definição das prioridades

9. Definição de escopos, prazos, recursos e eventuais aquisições para as ações a serem mapeadas no PDTI

10. Identificação e planejamento de respostas aos riscos

Modelos de referência para governança de TI do CREA-SP:

1. Gestão de projetos conforme modelo PMI;

2. Desenvolvimento de sistemas conforme modelo Agile;

3. Gestão de Serviços de TI conforme modelo ITIL.

Projetos de TI em 2018

PROJETO	RESULTADOS	INVESTIMENTO
ATENDIMENTO WEB	Melhoria de desempenho e estabilidade do sistema de Atendimento Web disponibilizado aos profissionais atendidos pelo CREA-SP.	Total do projeto desembolsado em 2018: R$ 574.734,41 Gestão DIF: R$ 4.000,00 Gestão UDE: R$ 5.390,00 Analista UDE: R$ 78.601,64 Gestão USU: R$ 3.000,00 Analistas USU: R$ 39.300,00
CREANET E ATENDIMENTO WEB	• Melhor desempenho em seus processamentos; • Confiabilidade e segurança nas informações listadas; • Agilidade no preenchimento dos cadastros; • Melhor acesso das informações; • Melhor usabilidade e navegabilidade das telas; • Adequação das regras de acordo com as normas, resoluções e atos administrativos.	
MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO CPD	Aumento da capacidade de processamento, modernização e garantia de suporte	R$ 1.406.434,00
SISTEMA GDFIS	Monitoramento das atividades da fiscalização e incremento de ações	R$ 1.280.000,00

GESTÃO DE CUSTOS

AINDA NÃO TRABALHAMOS COM distribuição de recursos consumidos entre áreas finalísticas e de suporte, porém atuamos com custeio por absorção e elaboração orçamentária por centro de custos. Foi aberto em 2014 o processo C 216/2014, uma vez que a NBCT 16.2 Patrimônio e Sistemas contábeis estabeleceu o sistema de custos tem como objetivo registrar, processar e evidenciar os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

Segundo a norma, o subsistema de custos, integrado com os demais, ou seja, orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação, deverá subsidiar a alta administração e os demais stakeholders sobre o desempenho do Crea-SP no cumprimento de sua missão, avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de trabalho, avaliação das metas estabelecidas pelo planejamento, avaliação dos riscos e das contingencias.

Possuímos orçamento elaborado por centro de custo o que possibilita o acompanhamento das atividades e eventos realizados, porém necessitamos evoluir no subsistema de custos a fim de implementar melhorias de gestão para integrar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho.

CENTRO DE CUSTO	ORÇADO	EMPENHOS	LIQUIDAÇÕES	PAGAMENTOS
		EMPENHO - PERÍODO	LIQUIDAÇÃO - PERÍODO	PAGAMENTO - PERÍODO
ESTRUTURA BASICA	R$ 20.172.476,13	R$ 14.463.700,39	R$ 14.463.700,39	R$ 14.334.995,62
REUNIÃO PLENÁRIA	R$ 4.060.008,00	R$ 3.576.237,99	R$ 3.576.237,99	R$ 3.576.074,64
CAMARA ESPECIALIZADAS	R$ 4.782.912,80	R$ 3.555.472,37	R$ 3.555.472,37	R$ 3.530.723,41
PRESIDENCIA	R$ 9.828.013,06	R$ 6.108.094,98	R$ 6.108.094,98	R$ 6.023.409,81
DIRETORIA	R$ 1.501.542,27	R$ 1.223.895,05	R$ 1.223.895,05	R$ 1.204.787,76
ESTRUTURA SUPORTE	R$ 3.011.606,76	R$ 2.088.140,15	R$ 2.088.140,15	R$ 2.067.475,99
COMISSÕES	R$ 2.797.401,96	R$ 2.088.140,15	R$ 2.088.140,15	R$ 2.067.475,99
COMISSÕES PERMANENTES	R$ 1.203.925,36	R$ 649.664,42	R$ 649.664,42	R$ 642.709,78
ORGÃOS CONSULTIVOS	R$ 214.204,80	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	R$ 272.304.613,85	R$ 200.035.718,00	R$ 199.744.865,32	R$ 186.655.831,38
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS - SUPCEV	R$ 23.311.413,22	R$ 5.415.926,55	R$ 5.415.926,55	R$ 5.238.868,40
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO - SUPFIS	R$ 25.350.844,75	R$ 17.057.157,30	R$ 17.057.157,30	R$ 15.172.480,84
SUPERINTENDÊNCIA COLEGIADO - SUPCOL	R$ 10.303.701,08	R$ 10.257.485,96	R$ 10.256.361,08	R$ 9.931.084,92
PROCURADORIA JURIDICA - PROJUR	R$ 8.075.455,47	R$ 3.452.861,41	R$ 3.452.861,41	R$ 3.452.113,41
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - SUPADM	R$ 56.793.070,16	R$ 37.254.642,58	R$ 37.087.355,78	R$ 28.815.284,73
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS - SUPGER	R$ 143.743.996,30	R$ 123.429.521,55	R$ 123.307.080,55	R$ 121.008.152,20
SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS - SUPJUR	R$ 4.726.132,87	R$ 3.168.122,65	R$ 3.168.122,65	R$ 3.037.846,88
DEPTO. DE REGIONAIS DA SUP. FISCALIZAÇÃO - SUPFIS	R$ 54.802.303,26	R$ 53.695.472,77	R$ 53.695.472,77	R$ 51.772.419,54
DEPARTAMENTO GRE 1 - ARAÇATUBA	R$ 3.643.478,27	R$ 3.558.512,18	R$ 3.558.512,18	R$ 3.440.388,77
DEPARTAMENTO GRE 2 - CAMPINAS	R$ 7.021.480,64	R$ 6.897.925,96	R$ 6.897.925,96	R$ 6.669.055,29
DEPARTAMENTO GRE 3 - RIBEIRÃO PRETO	R$ 3.915.993,09	R$ 3.816.334,22	R$ 3.816.334,22	R$ 3.682.797,66
DEPARTAMENTO GRE 4 - SANTOS	R$ 3.460.729,82	R$ 3.370.615,81	R$ 3.370.615,81	R$ 3.232.317,20
DEPARTAMENTO GRE 5 - METROPOLITANA SP - OESTE	R$ 9.959.176,37	R$ 9.745.519,98	R$ 9.745.519,98	R$ 9.376.584,75
DEPARTAMENTO GRE 6 - SÃO JOSE DOS CAMPOS	R$ 3.417.696,53	R$ 3.335.325,97	R$ 3.335.325,97	R$ 3.209.239,19
DEPARTAMENTO GRE 7 - METROPOLITANA SP - LESTE	R$ 6.699.907,94	R$ 6.605.535,54	R$ 6.605.535,54	R$ 6.370.922,86
DEPARTAMENTO GRE 8 - BAURU	R$ 4.414.351,99	R$ 4.295.065,57	R$ 4.295.065,57	R$ 4.140.587,91
DEPARTAMENTO GRE 9 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	R$ 2.366.435,48	R$ 2.310.353,22	R$ 2.310.353,22	R$ 2.241.832,17
DEPARTAMENTO GRE 10 - ARARAQUARA	R$ 3.778.790,55	R$ 3.748.700,04	R$ 3.748.700,04	R$ 3.627.198,69
DEPARTAMENTO GRE 11 - SOROCABA	R$ 3.138.984,37	R$ 3.072.532,50	R$ 3.072.532,50	R$ 2.971.166,61
DEPARTAMENTO GRE 12 - MOGI GUAÇÚ	R$ 2.985.278,21	R$ 2.939.051,78	R$ 2.939.051,78	R$ 2.810.328,44
TOTAL	**350291000**	**270283031,3**	**269992178,6**	**254830722,5**

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

REALIZAMOS A IMPLANTAÇÃO DA contratação de serviço de transporte mediante locação de veículos em caráter não eventual, com serviço de manutenção, apoio técnico operacional e gerenciamento completo para nossa frota. Essa ação visou agilidade em nossa atividade fim reduzindo impactos de gases para a sociedade. Essa foi uma ação de redução de consumo de recursos naturais uma vez que se trata de redução de resíduos poluentes.

Temos evoluído na revisão de processos e implantação de sistemas visando ações para redução de resíduos poluentes entre os quais a execução de serviços de coleta seletiva de recicláveis e coleta de lixo/resíduos orgânicos. Em maior ou menor escala temos uma metodologia para o descarte de lâmpadas e outros resíduos perigosos.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

NOSSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS foram homologadas e aprovadas pela Comissão de Orçamento e Tomada de Contas em 26 de fevereiro de 2019 e referem-se a cada um dos dois anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017; as notas correspondentes contidas neste relatório anual foram apresentadas em reais e preparadas em conformidades com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T SP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa moeda funcional é o real.

Nossas demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

A preparação das nossas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Nossos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho do CREA-SP, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- Compatibilização dos saldos dos créditos inscritos no Contas a Receber

e na Dívida Ativa dos sistemas de controle do CREANET com os valores registrados no SISCONT.

- Ainda não foi finalizado o processo de mapeamento dos bens móveis do Conselho e a diferença entre o registrado no sistema de bens e na contabilidade apresentam divergências bem como não foi possível a integração dos sistemas e a depreciação dos bens continuam com diferenças.
- As arrecadações dos créditos parcelados pelo Conselho passaram a ser classificadas e baixadas do ativo, a partir de 2018 por estimativa visando propiciar esta baixa pelo seu valor real de forma tempestiva.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério do Conselho, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

São Paulo, 30 de janeiro de 2019
Fábio da Costa Soares
CRC nº 1SP142597 - Chefe da Contabilidade

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6

DENTRE AS PRINCIPAIS PRÁTICAS adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

NOSSOS EQUIVALENTES DE CAIXA são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses valores são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização e constam da nota explicativa 1.

CRÉDITOS DE ANUIDADES

NOSSOS CRÉDITOS DE ANUIDADES relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do Conselho. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores. Dados mais específicos constam da nota explicativa 2.

AJUSTE PARA PERDAS DE DEVEDORES DUVIDOSOS

A. IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA CONTÁBIL – Nós procedemos o registro contábil de ajuste para perdas de devedores duvidosos no encerramento do exercício de 2018 em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP

Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis).

B. BASE DE MENSURAÇÃO – Utilizamos média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos cinco exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2011 a 2017.

C. JULGAMENTO PELA APLICAÇÃO – Na preparação das nossas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, porém, utilizamos o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que utilizamos o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

ESTOQUES

NOSSOS ESTOQUES SÃO REGISTRADOS ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente conforme consta em nota explicativa 4.

IMOBILIZADO

NOSSO IMOBILIZADO FOI AVALIADO ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Nossos bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2017, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 os imóveis do CREASP foram reavaliados com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos da empresa Consul Patrimonial Ltda.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2017, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens móveis foi estipulada com base na tabela FIPE para veículos e no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Consul Patrimonial Ltda. referente aos bens imóveis.

Os bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2017 estão sendo depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na Instrução de Trabalho do CONFEA nº 004/2012, conforme segue: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha 10 anos; Veículos 5 anos, Equipamentos Processamento de Dados 5 anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária. Maiores explicações estão na nota explicativa 8.

PROVISÕES PARA PERDAS POR *IMPAIRMENT* EM ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Vide nota explicativa 11.

PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Conselho possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado

para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião da área jurídica do Conselho.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), nós procedemos ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas no encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração – O CREA-SP adota as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da área Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

O BALANÇO PATRIMONIAL, ESTRUTURADO em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CIRCULANTE

ATIVO	NE	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1	106.294.625,86	82.079.483,29
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2	124.437.234,02	71.612.110,65
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		170.390.061,86	103.629.551,53
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-45.952.827,84	-32.017.440,88
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3	1.674.637,27	764.870,73
ESTOQUES	4	542.703,83	434.849,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	5	25.855,58	101.253,18
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**232.975.056,56**	**154.992.567,13**

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO NÃO CIRCULANTE		232.813.801,85	238.174.083,41
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		25.432.808,57	24.851.113,80
CRÉDITOS LONGO PRAZO	6	22.361.982,29	22.024.363,32
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	6	3.000.305,06	2.756.229,26
INVESTIMENTOS E APLICAPÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	7	70.521,22	70.521,22
IMOBILIZADO	8	186.159.377,75	192.139.193,09
BENS MÓVEIS		35.359.114,30	35.317.054,82
BENS IMÓVEIS		175.987.399,06	166.143.270,04
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		-25.187.135,61	-9.321.131,77
INTANGÍVEIS	9	21.221.615,53	21.183.776,52

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		43.346.559,09	25.568.704,65
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	10	5.433.081,70	1.911.888,42
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	11	22.277.726,34	8.771.183,13
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	12	59.611,08	146.200,31
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	13	3.392.016,61	2.897.646,27
PROVISÕES A CURTO PRAZO	14	9.865.306,77	9.919.649,36
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	15	2.318.816,59	1.922.137,16

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EVIDENCIA as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA

	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE		290.834.000,00	290.891.000,00	286.419.474,22	-4.471.525,78
RECEITA TRIBUTÁRIA		95.094.000,00	100.251.000,00	101.209.771,16	958.771,16
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA		95.094.000,00	100.251.000,00	101.209.771,16	958.771,16
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		95.094.000,00	100.251.000,00	101.209.771,16	958.771,16
RECEITAS DE CONTRIBUICOES		160.871.000,00	158.627.000,00	152.495.126,40	-6.131.873,60
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS		115.795.000,00	113.835.000,00	109.541.306,50	-4.293.693,50
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO		109.051.000,00	107.725.000,00	102.417.069,73	-5.307.930,27
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.744.000,00	6.110.000,00	7.124.236,77	1.014.236,77
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS		45.076.000,00	44.792.000,00	42.953.819,90	-1.838.180,10
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO		43.135.000,00	43.010.000,00	41.011.741,57	-1.998.258,43
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR		1.941.000,00	1.782.000,00	1.942.078,33	160.078,33
RECEITA PATRIMONIAL		15.600.000,00	10.472.000,00	8.608.619,62	-1.863.380,38
RECEITAS MOBILIÁRIAS		15.600.000,00	10.472.000,00	8.608.619,62	-1.863.380,38
RECEITA DE SERVICOS		9.537.000,00	9.664.000,00	8.679.001,02	-984.998,98
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES		1.434.000,00	1.516.000,00	1.453.624,46	-62.375,54
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS		4.233.000,00	4.864.000,00	4.194.538,34	-669.461,66
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES		2.613.000,00	2.276.000,00	1.797.336,23	-478.663,77
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS		42.000,00	41.000,00	44.414,75	3.414,75
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		1.215.000,00	967.000,00	1.189.087,24	222.087,24
FINANCEIRAS		0,00	23.000,00	11.238,28	-11.761,72
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		0,00	23.000,00	11.238,28	-11.761,72
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	23.000,00	11.238,28	-11.761,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		9.732.000,00	11.854.000,00	15.415.717,74	3.561.717,74
DÍVIDA ATIVA		6.756.000,00	9.920.000,00	11.859.244,54	1.939.244,54
MULTAS DE INFRAÇÕES		671.000,00	604.000,00	582.523,29	-21.476,71
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		200.000,00	0,00	0,00	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		2.105.000,00	1.330.000,00	2.973.949,91	1.643.949,91
RECEITA DE CAPITAL		0,00	59.400.000,00	0,00	-59.400.000,00
ALIENACAO DE BENS		0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
SALDO DE EXERCÍCIOS		0,00	57.400.000,00	0,00	-57.400.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		290.834.000,00	350.291.000,00	286.419.474,22	-63.871.525,78
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA		**290.834.000,00**	**350.291.000,00**	**286.419.474,22**	-63.871.525,78

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESA

	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE		290.834.000,00	345.639.157,00	270.202.414,45	269.914.361,77	254.752.905,67	75.436.742,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		105.354.603,00	104.274.995,26	98.174.384,54	98.174.384,54	94.760.942,89	6.100.610,72
REMUNERAÇÃO PESSOAL		78.114.784,00	77.063.988,16	76.392.649,17	76.392.649,17	72.979.207,52	671.338,99
ENCARGOS PATRONAIS		27.239.819,00	27.211.007,10	21.781.735,37	21.781.735,37	21.781.735,37	5.429.271,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	17.277,62	17.277,62	17.277,62	17.277,62	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS		17.269,27	17.269,27	17.269,27	17.269,27	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		110.952.467,00	158.787.119,59	92.481.053,09	92.315.141,41	81.395.209,08	66.306.066,50
BENEFÍCIOS A PESSOAL		21.035.226,00	21.192.226,00	15.540.713,42	15.540.713,42	14.831.299,98	5.651.512,58
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		5.410.171,35	6.049.705,36	4.955.751,67	4.955.751,67	4.955.751,67	1.093.953,69
USO DE BENS E SERVIÇOS		2.393.509,67	2.597.232,00	1.172.393,96	1.157.593,96	1.130.024,56	1.424.838,04
DIÁRIAS		10.724.728,20	17.211.627,90	10.424.892,30	10.424.892,30	10.181.719,10	6.786.735,60
DESPESA COM LOCOMOÇÃO		7.244.251,80	11.299.986,43	8.558.735,18	8.558.735,18	8.400.838,13	2.741.251,25
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS		64.144.579,98	100.436.341,90	51.828.566,56	51.677.454,88	41.895.575,64	48.607.775,34
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		57.362.630,00	59.698.573,27	58.818.002,95	58.818.002,95	58.817.845,21	880.570,32
TRIBUTOS		439.550,00	941.053,27	567.595,38	567.595,38	567.437,64	373.457,89
CONTRIBUIÇÕES		56.923.080,00	58.757.520,00	58.250.407,57	58.250.407,57	58.250.407,57	507.112,43
DEMAIS DESPESAS CORRENTES		646.300,00	2.213.109,06	2.028.140,21	2.028.140,21	1.607.201,48	184.968,85
SERVIÇOS BANCÁRIOS		3.518.000,00	4.018.000,00	3.173.652,03	3.173.652,03	3.173.252,97	844.347,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		13.000.000,00	16.630.082,20	15.509.904,01	15.387.763,01	14.981.176,42	1.120.178,19
SUBVENÇÕES SOCIAIS		13.000.000,00	12.808.000,00	11.687.821,81	11.565.680,81	11.281.624,72	1.120.178,19
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL		0,00	3.077.655,88	80.616,86	77.816,86	77.816,86	2.997.039,02
INVESTIMENTOS		0,00	1.918.904,50	39.977,85	39.977,85	39.977,85	1.878.926,65
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		0,00	1.918.904,50	39.977,85	39.977,85	39.977,85	1.878.926,65
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	1.158.751,38	40.639,01	37.839,01	37.839,01	1.118.112,37
SOFTWARES		0,00	1.158.751,38	40.639,01	37.839,01	37.839,01	1.118.112,37
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		0,00	1.574.187,12	0,00	0,00	0,00	1.574.187,12
SUB-TOTAL DAS DESPESAS		290.834.000,00	350.291.000,00	270.283.031,31	269.992.178,63	254.830.722,53	80.007.968,69
SUPERÁVIT		0,00	0,00	16.136.442,91	0,00	0,00	-16.136.442,91
TOTAL		**290.834.000,00**	**350.291.000,00**	**286.419.474,22**	**269.992.178,63**	**254.830.722,53**	**63.871.525,78**

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIROS INGRESSOS

INGRESSOS	NE	2018	2017
Receita Orçamentária		286.419.474,22	270.922.834,43
RECEITA REALIZADA		286.419.474,22	270.922.834,43
RECEITA CORRENTE		286.419.474,22	270.906.096,43
RECEITA TRIBUTÁRIA		101.209.771,16	92.824.929,48
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA		01.209.771,16	92.824.929,48
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		101.209.771,16	92.824.929,48
RECEITAS DE CONTRIBUICOES		152.495.126,40	146.875.574,39
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS		109.541.306,50	105.402.784,57
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO		102.417.069,73	99.745.740,93
TÉCNICOS IND. AGR. E SEG. TRAB		3.822.082,20	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		7.124.236,77	5.657.043,64
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS		42.953.819,90	41.472.789,82
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO		41.011.741,57	39.823.170,60
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR		1.942.078,33	1.649.619,22
RECEITA PATRIMONIAL		8.608.619,62	11.259.678,77
RECEITAS MOBILIÁRIAS		8.608.619,62	11.259.678,77
RECEITA DE SERVICOS		8.679.001,02	8.948.577,71
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES		1.453.624,46	1.404.228,08
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS		4.194.538,34	4.503.288,62
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES		1.797.336,23	2.107.538,24
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS		44.414,75	38.072,93
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		1.189.087,24	895.449,84
FINANCEIRAS		11.238,28	21.212,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		11.238,28	21.212,53
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		11.238,28	21.212,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS		11.238,28	21.212,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.415.717,74	10.976.123,55
DÍVIDA ATIVA		11.859.244,54	9.184.605,44
MULTAS DE INFRAÇÕES		582.523,29	558.803,63
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		0,00	1.484,29
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		2.973.949,91	1.231.230,19
RECEITA DE CAPITAL		0,00	16.738,00
ALIENACAO DE BENS		0,00	16.738,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS		0,00	16.738,00
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários		213.536.658,21	185.750.729,72
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		290.852,68	8.641,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		15.161.456,10	6.847.699,14
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		30.553,95	157.313,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários		198.053.795,48	178.737.075,83
Saldo em espécie do Exercício Anterior		82.083.185,32	62.099.204,55
Caixa e Equivalente de Caixa		82.079.483,29	62.090.693,51
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		3.702,03	8.511,04

BALANÇO FINANCEIROS DISPÊNDIO

DISPENDIOS	NE	2018	2017
Despesa Orçamentária		270.283.031,31	250.867.112,56
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		290.852,68	8.641,00
CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		15.161.456,10	6.847.699,14
CREDITO EMPENHADO – PAGO		254.830.722,53	244.010.772,42
DESPESA CORRENTE		254.752.905,67	243.392.221,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		72.979.207,52	69.968.827,81
ENCARGOS PATRONAIS		21.781.735,37	22.217.222,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		17.277,62	1.486,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		159.974.685,16	151.204.685,27
DESPESA DE CAPITAL		77.816,86	618.550,69
INVESTIMENTOS		39.977,85	618.550,69
INVERSÕES FINANCEIRAS		37.839,01	0,00
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários		205.408.056,40	185.817.662,17
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		7.341,00	2.136.037,72
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		7.146.054,94	5.625.016,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.765.619,07	17.056.167,91
Outros Pagamentos Extraorçamentários		180.489.041,39	161.000.440,44
Saldo em espécie para o Exercício Seguinte		106.348.230,04	82.087.993,97
Caixa e Equivalente de Caixa		106.294.625,86	82.079.483,29
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados		53.604,18	8.510,68

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	NE	2018	2017
IMPOSTOS , TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		101.210.239,71	92.824.929,48
Taxas pelo exercício de policia		101.210.239,71	92.824.929,48
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		244.472.984,70	189.687.787,51
Contribuições Sociais		244.472.984,70	189.687.787,51
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		17.288.070,72	20.208.256,48
Valor bruto de exploração de bens e direitos e prest serviços		17.288.070,72	20.208.256,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		419.326,43	581.392,16
Juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços		408.088,15	558.803,63
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		11.238,28	22.588,53
Multas sobre anuidades		11.238,28	22.588,53
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		0,00	10.578,00
Reavaliação de ativos		0,00	8.130,00
Reavaliação de imobilizados		0,00	8.130,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	2.448,00
Ganho com alienação de imobilizado		0,00	2.448,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		29.694.261,34	25.712.251,15
Receitas não identificadas		9.146,24	1.484,29
Diversas variações patrimoniais aumentativas		29.685.115,10	25.710.766,86
Multas administrativas		174.435,14	0,00
Reversão de provisões		957.053,09	1.266.158,48
Divida ativa		24.988.833,57	21.821.707,72
Fatos geradores diversos		3.564.793,30	2.622.900,66
TOTAL DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**393.084.882,90**	**329.025.194,78**

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

	NE	2018	2017
PESSOAL E ENCARGOS		113.661.928,52	108.640.024,70
Remuneração a pessoal - RPPS		76.350.729,95	71.308.550,63
Encargos patronais - RPPS		21.769.449,16	22.611.541,27
Beneficios a pessoal - RPPS		15.540.713,42	14.604.143,99
Indenizações e restituições trabalhistas		1.035,99	115.788,81
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.660.415,84	4.455.690,32

	NE	2018	2017
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		88.241.876,73	74.201.086,27
Consumo de material		1.429.382,23	2.192.195,84
Serviços		70.971.130,66	68.318.453,11
Diarias		10.424.219,70	12.904.678,12
Serviços terceiros - PESSOAS FÍSICAS		8.787.297,48	8.903.265,42
Serviços terceiros - PESSOAS JURÍDICAS		51.759.613,48	46.510.509,57
Depreciação, amortização e exaustão		15.841.363,84	3.690.437,32
Depreciação		15.841.363,84	3.690.437,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		3.190.929,75	3.465.293,05
Juros e encargos de emprestimos e financiamentos obtidos		3.173.652,03	3.463.773,36
Juros e encartos de mora		17.269,27	0,00
Outras variações patrimoniais diminutivas financeiras		8,45	1.519,69
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		15.387.763,01	9.848.171,84
Transferências intragovernamentais		3.822.082,20	0,00
Transferencias a instituições privadas sem fins lucrativos		11.565.680,81	9.848.171,84
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		847.581,48	58.639,00
Redução a valor recuperavel e ajuste para perdas		822.213,70	0,00
Perdas com alienação		98,78	0,00
Perdas involuntárias com imobilizado		25.269,00	58.639,00
TRIBUTÁRIAS		109.926.558,10	97.774.956,65
Impostos, taxas e contribuições de melhoria		50.447.819,98	42.196.670,92
Impostos		567.595,38	429.760,82
Contribuição de melhoria		49.880.224,60	41.766.910,10
Contribuições		59.478.738,12	55.578.285,73
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.323.476,04	1.618.407,55
TOTAL DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**338.240.529,47**	**300.062.269,38**

RESULTADO PATRIMONIAL		**54.844.353,43**	**28.962.925,40**
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS COM RESULTADO		393.084.882,90	329.025.194,78

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOSSA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e com-

promissados pelas instituições financeiras oficiais de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	R$ 0,00	R$ 0,00
INGRESSOS	R$ 0,00	R$ 0,00
RECEITA CORRENTE	R$ 286.419.474,22	R$ 270.906.096,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	R$ 101.209.771,16	R$ 92.824.929,48
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	R$ 101.209.771,16	R$ 92.824.929,48
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	R$ 101.209.771,16	R$ 92.824.929,48
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	R$ 152.495.126,40	R$ 146.875.574,39
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	R$ 109.541.306,50	R$ 105.402.784,57
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	R$ 102.417.069,73	R$ 99.745.740,93
TÉCNICOS IND. AGR. E SEG. TRAB	R$ 3.822.082,20	R$ 0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R$ 7.124.236,77	R$ 5.657.043,64
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	R$ 42.953.819,90	R$ 41.472.789,82
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	R$ 41.011.741,57	R$ 39.823.170,60
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R$ 1.942.078,33	R$ 1.649.619,22
RECEITA PATRIMONIAL	R$ 8.608.619,62	R$ 11.259.678,77
RECEITAS MOBILIÁRIAS	R$ 8.608.619,62	R$ 11.259.678,77
RECEITA DE SERVICOS	R$ 8.679.001,02	R$ 8.948.577,71
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	R$ 1.453.624,46	R$ 1.404.228,08
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	R$ 4.194.538,34	R$ 4.503.288,62
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	R$ 1.797.336,23	R$ 2.107.538,24
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	R$ 44.414,75	R$ 38.072,93
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	R$ 1.189.087,24	R$ 895.449,84
FINANCEIRAS	R$ 11.238,28	R$ 21.212,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R$ 11.238,28	R$ 21.212,53
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$ 11.238,28	R$ 21.212,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS	R$ 11.238,28	R$ 21.212,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$ 15.415.717,74	R$ 10.976.123,55
DÍVIDA ATIVA	R$ 11.859.244,54	R$ 9.184.605,44
MULTAS DE INFRAÇÕES	R$ 582.523,29	R$ 558.803,63
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	R$ 0,00	R$ 1.484,29
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	R$ 2.973.949,91	R$ 1.231.230,19
OUTROS INGRESSOS	R$ 198.101.288,04	R$ 179.050.052,02

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESEMBOLSOS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESPESA CORRENTE	R$ 254.752.905,67	R$ 243.392.221,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$ 72.979.207,52	R$ 69.968.827,81
ENCARGOS PATRONAIS	R$ 21.781.735,37	R$ 22.217.222,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R$ 17.277,62	R$ 1.486,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$ 159.974.685,16	R$ 151.204.685,27
OUTROS DESEMBOLSOS	R$ 205.474.897,16	R$ 185.994.309,25
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**R$ 24.292.959,43**	**R$ 20.569.617,47**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00
INGRESSOS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
ALIENACAO DE BENS	R$ 0,00	R$ 16.738,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	R$ 0,00	R$ 16.738,00
DESEMBOLSOS	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
INVESTIMENTOS	R$ 39.977,85	R$ 618.550,69
INVERSÕES FINANCEIRAS	R$ 37.839,01	R$ 0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-R$ 77.816,86**	**-R$ 601.812,69**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00
INGRESSOS	R$ 0,00	R$ 0,00
DESEMBOLSOS	R$ 0,00	R$ 0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	R$ 0,00	R$ 0,00
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R$ 24.215.142,57	R$ 19.967.804,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**R$ 82.079.483,29**	**R$ 62.090.693,51**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	**R$ 106.294.625,86**	**R$ 82.079.483,29**

PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O CREA-SP É PARTE em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. O Conselho está se adequando para a constituição das provisões baseadas na estimativa de seu corpo jurídico que está em processo de levantamento das probabilidades das demandas.

NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

O CREA-SP É PARTE envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está

discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências serão constituídas considerando a estimativa realizada pelo corpo jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos for avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito que altere significativamente o Patrimônio Líquido do Conselho. As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO de 2018, não foram computados decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação do corpo jurídico da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

PARTES RELACIONADAS

O CONSELHO EM 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CREA-SP, tratando-se de cargos honoríficos.

SEGUROS

NÓS ADOTAMOS UMA POLÍTICA de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza das atividades e a orientação de nosso corpo jurídico. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
VEÍCULOS	Incêndio, roubo e colisão para 148 veículos	92.989,45
MULTIRRISCO	Multirrisco	39.184,76

Relacionamento com os auditores independentes

A AUDITORIA DO CREA-SP subordina-se a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, órgão central de controle do Sistema Confea/Creas. No decorrer do exercício de 2018 não foi contratado auditoria independente.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Se houver eventos subsequentes de 1° de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, esta deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo Circulante

NOTA 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

AS DISPONIBILIDADES SÃO MENSURADAS e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original, atualizado até a data do Balanço Patrimonial. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB Flex e Cadernetas de Poupança foram efetuadas junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Encontra-se em nosso poder o valor a ser repassado aos cofres do Conselho dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas, conforme Lei Federal nº 13.639/2018.

DISPONÍVEL	2018	2017
Bancos Conta Movimento	125.976,33	80.776,64
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil	54.863.563,18	35.640.339,89
Aplicações Financeiras - CEF – CDB	48.925.591,24	45.816.489,24
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil – Custo Prazo – Automático	1.856.735,78	541.806,92
Bancos Conta Vinculada	8,64	70,60
Poupança Conselho Técnicos Industriais	353.744,21	
Poupança Conselho Técnicos Agrícolas	169.006,48	
TOTAL	**106.294.625,86**	**82.079.483,29**

NOTA 2 – Créditos a Receber

OS CRÉDITOS A RECEBER se referem a valores de anuidades, que se encontram em aberto até o exercício de 2018 em cobrança Administrativa. São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser re-

cebida sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos tidos como créditos de liquidação duvidosa (impairment). O Crea-SP reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e que gera(m) um impacto na estimativa de fluxos de caixa futuro, o qual pode ser confiavelmente estimado.

Créditos de Curto Prazo

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2018 que se encontram em cobrança Administrativa.

CRÉDITOS A RECEBER	2018	2017
Anuidades do Exercício	91.960.977,50	65.076.801,89
Anuidades Anos anteriores	78.429.084,36	38.552.749,64
Provisão Para Perdas de Créditos Tributários	(45.952.827,84)	(32.017.440,88)
TOTAL	**124.437.234,02**	**71.612.110,65**

PARCELAMENTO DE DÉBITOS EM CURTO PRAZO RECEBIDOS	2018	2017
Anuidades PF	9.005.153,58	9.419.480,44
Anuidade PJ	2.460.459,23	2.361.168,76
TOTAL	**11.465.612,81**	**11.780.649,20**

O valor da estimativa de perda de créditos é calculado aplicando-se o percentual da média histórica de inadimplência com créditos de curto prazo dos dois últimos exercícios, sobre o valor bruto a receber, em 2018.

As atualizações dos créditos e das estimativas de perdas de créditos foram contabilizadas em contrapartida com as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas ou Diminutivas dependendo o caso, conforme Pronunciamentos específicos do Manual Aplicado à Contabilidade Pública, para posterior apuração do resultado do exercício.

NOTA 3 – Demais Créditos e Valores a Receber

Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos ao adiantamento a pessoal e a terceiros, bem como eventuais tributos a serem compensados. Sendo que a variação ocorrida em 2018 deve-se a participação da Mútua no processo eleitoral de 2017 no valor de R$ 1.031.875,37.

	2018	2017
DEVEDORES ENTIDADE	1.587.367,91	731.063,32
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E TRIBUTOS A COMPENSAR	87.269,36	33.807,71
TOTAL	**1.674.637,27**	**764.870,73**

Ativo Não Circulante

NOTA 4 – Estoques

	SALDO INICIAL	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL
ESTOQUES TOTAL	434.849,28	1.329.604,88	1.221.750,33	542.703,83
ALMOXARIFADO	434.849,28	1.329.604,88	1.221.750,33	542.703,83
MATERIAL DE CONSUMO	434.849,28	1.329.604,88	1.221.750,33	542.703,83
Artigos de Copa e Cozinha	9.106,07	24.416,65	28.316,86	5.205,86
Artigos de Expediente	102.200,68	180.263,15	122.123,10	160.340,73
Artigos de Limpeza e Higiene	65.265,36	170.571,84	116.880,35	118.956,85
Formulários, Impressos e Envelopes	157.805,33	132.311,38	139.316,92	150.799,79
Materiais Alimentícios	10.694,75	62.133,23	64.101,21	8.726,77
Mat. Eq. de Informática	31.416,29	10.048,17	11.028,39	30.436,07
Manutenção e Conservação Predial	51.915,71	40.471,42	30.102,77	62.284,36
Materiais Gráficos e Outros Equipamentos	6.445,09	3.518,73	4.010,42	5.953,40

NOSSOS ESTOQUES SÃO FORMADOS basicamente com despesas de almoxarifado.

NOTA 5 – Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente

ESTA RUBRICA REFERE-SE À antecipação para publicações na Imprensa Nacional. A medida em que executamos o contrato este valor vai sendo consumido.

NOTA 6 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

ESTÃO REPRESENTADOS PELO SALDO a receber dos valores de anuidades, multas de infrações, que se encontram em aberto até o exercício de 2018 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa, subdivididos em Não Executados e Executados.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ADMINISTRATIVA E EXECUTIVA	2018	2017
Dívida Ativa PF	67.486.968,88	50.016.985,30
Dívida Ativa PJ	47.438.596,35	28.647.273,97
Ajuste de Perdas demais créditos e valores longo prazo	(94.302.792,97)	(58.357.955,33)
TOTAL	**20.622.772,26**	**20.306.303,94**

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	2018	2017
Dívida Ativa não Tributária	1.739.210,03	1.718.059,38
TOTAL	**1.739.210,03**	**1.718.059,38**

O valor da estimativa de perda de créditos é calculado aplicando-se o percentual da média histórica de inadimplência com créditos de longo prazo dos quatro últimos exercícios, sobre o valor bruto a receber, em 2018.

As atualizações dos créditos e das estimativas de perdas de créditos foram contabilizadas em contrapartida com as contas de Variações Patrimoniais Aumentativas ou Diminutivas dependendo o caso, conforme Pronunciamentos específicos do Manual Aplicado à Contabilidade Pública, para posterior apuração do resultado do exercício.

NOTA 7 – Investimentos Temporários a Longo Prazo

ESTÃO REPRESENTADOS PELOS TÍTULOS de empresas (ações) estatais privatizadas na área de telefonia.

CRÉDITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2017
Títulos de empresas estatais privatizadas	70.521,22	70.521,22
TOTAL	**70.521,22**	**70.521,22**

NOTA 8 – Imobilizado

OS BENS MÓVEIS E imóveis estão demonstrados ao custo reavaliado em 01/01/2012 atendendo a NBC T SP 16.9 e 10. Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	AQUISIÇÕES		BAIXA	SALDO EM 31/12/2018
		Aquisições	Incorporações	Desincorporações	
Móveis e Utensílios	2.591.559,07	14.463,97			2.606.023,04
Máquinas e Equipamentos	5.568.911,15	14.513,88		(629,00)	5.582.796,03
Instalações	536.419,81			0,00	536.419,81
Utensílios de Copa e Cozinha	7.421,00	4.526,70		(26,70)	11.921,00
Veículos	5.724.100,00				5.724.100,00
Equipamentos de Processamento de Dados	11.485.034,57			(3.251,87)	11.481.782,70
Mobiliário em Geral	6.977.667,33				6.977.667,33
Equipamentos Diversos	2.406.806,71	12.462,50			2.419.269,21
Outros Bens Patrimoniais	19.135,18	488,00		(488,00)	19.135,18
Sede	163.173.970,53	9.844.129,02			173.018.099,55
Terrenos	791.144,88		0,00	0,00	791.144,88
Provenientes Doações	2.178.154,63				2.178.154,63
Depreciação Bens Móveis	(5.320.887,21)	585.939,58		(12.454.598,82)	(17.189.546,45)
Depreciação Bens Imóveis	(4.000.244,56)			(3.997.344,60)	(7.997.589,16)
TOTAL	**192.139.193,09**	**10.476.523,65**		**(16.456.338,99)**	**186.159.377,75**

Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades: Responsabilidade Civil, Roubo, Incêndio, em quantia considerada suficiente no caso de eventual sinistro. Em 2018, em virtude de demandas judiciais foram reconhecidas como passivo por contingência, os valores referentes às Casas de Engenharia no valor de R$ 9.844.129,02.

Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2016, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2017, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens móveis foi estipulada com base na tabela FIPE para veículos e no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Consul Patrimonial Ltda. referente aos bens imóveis.

Os bens móveis adquiridos a partir de 01/01/2017 estão sendo depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na Instrução de Trabalho do CONFEA nº 004/2012, conforme segue: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha 10 anos; Veículos 5 anos, Equipamentos Processamento de Dados 5 anos, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 os imóveis do CREASP foram reavaliados com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos da empresa Consul Patrimonial Ltda.

NOTA 9 – INTANGÍVEIS

ACOMPANHAMOS ANUALMENTE AS VIDAS úteis dos ativos imobilizados e durante o exercício não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

SOFTWARE	2018	2017
Direito de Uso	17.347.977,64	17.310.138,63
Aquisição de Software	3.873.637,89	3.873.637,89
TOTAL	**21.221.615,53**	**21.183.776,52**

Passivo Circulante

É registrado pelo valor de liquidação em ordem decrescente de exigibilidade representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratações junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros, de acordo com a legislação vigente.

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2018	2017
INSS - Instituto Nacional Seg. Social.	1.228.313,78	1.154.185,63
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	649.315,42	623.001,70
PASEP/PIS – Caixa Econômica Federal	104.742,51	101.439,13
Pessoal a Pagar	3.450.709,99	33.261,96
TOTAL	**5.433.081,70**	**1.911.888,42**

NO EXERCÍCIO DE 2018 a gratificação dos funcionários foi provisionada em virtude da apuração de superávit financeiro e cumprimento de dissídio coletivo.

Obrigações de Curto Prazo

DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	2018	2017
INSS	380.589,21	367.064,62
IRRF	1.419.320,82	1.321.764,61
Outros	518.906,56	233.307,93
TOTAL	**2.319.816,59**	**1.922.137,16**

FORNECEDORES	2018	2017
Produtos e Serviços	22.277.726,34	8.771.183,13

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aqui-

sições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência, sendo que a composição deste é formada pelos valores apropriados das Casas de Engenharia e a gratificação dos funcionários.

NOTA 11 – FORNECEDORES

AS DESPESAS EMPENHADAS, LIQUIDADAS e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência, sendo que a composição deste é formada pelos valores apropriados das Casas de Engenharia e a gratificação dos funcionários.

	2018	2017
FORNECEDORES NACIONAIS	22.277.726,34	8.771.183,13
Restos a Pagar do Exercício	11.748.014,45	6.847.699,14
Restos a Pagar - anos anteriores	10.517.145,77	1.923.483,99

NOTA 12 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

APESAR DO CONSELHO SER imune à tributação, os fornecedores submetem-se à Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2018 59.611,08	2017 146.200,31
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	50.336,29	131.892,72
Retenções Federais 9,45% - IN 1234 (6190)	122,37	65.515,85
Retenções Federais 5,85% - IN 1234 (6147)	2.150,15	2.705,41
Retenções Federais 7,05% - IN 1234 (6188)	0,00	394,85
INSS Retido na Fonte (11%)	40.930,27	56.960,44
Imposto de Renda Retido na Fonte de Cooperativas (3280)	7.133,50	6.316,17
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	9.274,79	14.307,59
ISS s/ Serv de Terceiros	9.274,79	14.307,59

NOTA 13 – Obrigações de repartição a outros entes

A PROVISÃO DA COTA Parte do CONFEA é calculada de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46 onde determina que pertence ao CONFEA 15% da receita bruta e 12% da arrecadação com ART e a MUTUA corresponde a 20% da arrecadação com ART. É calculada aplicando-se os percentuais respectivos a receita bruta arrecadada. Realizamos repasse referente aos Honorários Advocatícios a Associação dos advogados que nos atende.

	2018	2017
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	3.392.016,61	2.897.646,27
REPASSES DE RECEITAS	3.392.016,61	2.897.646,27
PARCELA DA MÚTUA	1.570.957,05	1.472.821,22
Cotas da Mutua - DF	471.287,12	441.846,37
Cota da Mutua - SP	1.099.669,93	1.030.974,85
PARCELA DO CONFEA	1.717.095,25	1.424.825,05
Cota do Confea	1.704.153,80	1.411.883,60
Confea - Proj. Prodafisc	12.941,45	12.941,45
REPASSE ASSOC. DOS PROCURADORES	103.964,31	0,00
Repasse honorários de sucumbência	103.964,31	0,00

NOTA 14 – Provisões para Riscos de Curto Prazo

AS PROVISÕES SÃO RECONHECIDAS quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

	2018	2017
Férias	7.590.844,73	7.631.727,72
Encargos sobre Férias (INSS/FGTS/PIS)	2.274.462,04	2.287.921,64
TOTAL	**9.865.306,77**	**9.919.649,36**

Esse valor é constituído mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CREASP, bem como os respectivos encargos.

Provisão da Cota Parte do CONFEA / MUTUA

	2018	2017
Cotas da Mutua	1.570.957,05	1.472.821,22
Cotas do Confea	1.704.153,80	1.411.883,60
Cotas do Prodafisc	12.941,45	12.941,45
TOTAL	**3.290.070,30**	**2.897.646,27**

A provisão da Cota Parte do CONFEA é calculada de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46 onde determina que pertence ao CONFEA 15% da receita bruta e 12% da arrecadação com ART e a MUTUA corresponde a 20% da arrecadação com ART. É calculada aplicando-se os percentuais respectivos a receita bruta arrecadada.

NOTA 15 – Demais obrigações a Curto Prazo

OS VALORES QUE COMPÕE estas contas referem-se a valores consignados em favor de terceiros e depósitos diversos do banco do Brasil e Caixa passíveis de identificação.

	2018	2017
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.318.816,59	1.922.137,16
CONSIGNAÇÕES	1.799.910,03	1.688.829,23
DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	505.460,08	220.120,27
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	**13.446,48**	**13.187,66**

Apuração do Resultado

NOTA 16 – Resultado Patrimonial

O RESULTADO PATRIMONIAL É apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5, a Resolução CONFEA nº. 1.111/2007 item 16.1, e a Resolução CONFEA nº. 1367/2011.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017
Variações Aumentativas	393.084.882,90	329.025.194,78
Variações Diminutivas	337.387.743,56	300.062.269,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	**55.697.139,34**	**28.962.925,40**

NOTA 17 – Resultado Orçamentário

AS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES do orçamento do CREASP são estimadas com base no cadastro de profissionais ativos (Física e Jurídica), as receitas de aplicações financeiras são estimadas com base no saldo da disponibilidade mensal durante o exercício e as demais receitas são estimadas no histórico de recebimento do último exercício. As despesas são fixadas com base no ajuste das despesas de pessoal, encargos e benefícios assistenciais,

na aquisição de materiais de consumo, na manutenção e reajustes dos contratos de prestação de serviços, no valor do repasse ao CONFEA, MUTUA, nas despesas com investimentos, e no repasse às Associações, de acordo com Ato nº 33 e utilização de uso e espaço junto às Associações e Entidades.

O orçamento do CREASP para o exercício de 2018 foi estimado em R$ 350.291.000,00 considerando a utilização de abertura de Crédito Adicional oriunda de Superávit Financeiro no valor de R$ 57.400.000,00 , aprovado conforme a Resolução CREA SP n.º 1.218/2016, de 07 de novembro de 2016, e alterações de acordo com a legislação vigente. Nele, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, conforme disciplina o regime orçamentário, de acordo com a Lei 4.320/64.

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), Taxa pelo exercício do poder de Polícia (Receita Tributária) emolumentos recebidos com inscrições, certidões e publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas patrimoniais), atualização monetária sobre depósitos (financeira), multa por infrações (outras receitas).

As receitas de capital estão foram representadas pela previsão de leilão da frota do Conselho pelo valor de R$ 2.000.000,00.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, despesas financeiras tributárias e contributivas (tributos, cota parte do Confea e Mutua).

A Cota parte do CONFEA corresponde a 15% da receita bruta das anuidades, multas, taxas e emolumentos e 12% das arrecadações com ART, e a MUTUA corresponde a 20% das arrecadações com ART, excluindo-se as Receitas Diversas, a Remuneração de Aplicações Financeiras, as Subvenções e as Receitas por Alienação de Bens (Receita de Capital), de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46.

A Cota parte é remetida mensalmente ao mês subsequente à arrecadação ao CONFEA e MUTUA, através de depósito em conta corrente.

RECEITA OPERACIONAL	2018	2017
RECEITA TRIBUTÁRIA	101.209.771,16	92.824.929,48
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	152.495.126,40	146.875.574,39
RECEITA DE SERVIÇOS	7.489.913,78	8.053.127,87
DÍVIDA ATIVA	11.859.244,54	9.184.605,44
MULTAS E INFRAÇÕES	582.523,29	558.803,63
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**273.636.579,17**	**257.497.040,81**

CONTRIBUTIVAS	2018	2017
COTA PARTE CONFEA	38.008.453,37	35.840.021,03
COTA PARTE MUTUA	20.241.854,52	18.564.969,48
	58.250.307,89	**54.404.990,51**

DESPESAS OPERACIONAIS	2018	2017
PESSOAL/ENC. SOCIAIS/BENFÍCIOS	118.670.849,63	111.604.345,69
DIÁRIAS COM CONS./COLAB./INSP.	8.573.436,70	10.254.040,80
DIÁRIAS COM FUNCIONÁRIOS	1.851.455,60	2.650.636,72
LOCOMOÇÃO-CONS./COLAB./INSP.	8.169.793,99	7.977.618,89
LOCOMOÇÃO FUNCIONÁRIOS	388.941,19	693.747,95
SERVICOS TERCEIROS - PJ (CONTRATADOS)	34.442.782,70	29.410.606,55
CONVÊNIOS C/ASSOCIAÇÕES - USO E ESPAÇO	17.385.783,86	16.636.414,67
REPASSE DE ARTs PARA ASSOCIAÇÕES	11.687.821,81	9.848.287,86
DESPESAS OPERACIONAIS	**201.170.865,48**	**189.075.699,13**

RESULTADO OPERACIONAL	14.215.405,80	14.016.351,17

RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	2018	2017
RECEITAS FINANCEIRAS	8.619.120,58	11.280.891,30
DEMAIS RECEITAS	2.827.427,88	1.200.585,66
RECUPERAÇÃO DE DESP. COM ART	1.336.346,59	927.578,66
RECEITA DE CAPITAL	0,00	16.738,00
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS TOTAL	**12.782.895,05**	**13.425.793,62**

DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	2018	2017
TRIBUTOS E DESPESAS BANCÁRIAS	3.741.247,41	3.893.534,18
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	7.039.893,99	2.680.594,69
DESPESAS DE CAPITAL	80.616,86	812.293,87
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS TOTAL	**10.861.758,26**	**7.386.422,74**

RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.136.542,59	20.055.722,05

NOTA 18 – Resultado Financeiro

O RESULTADO FINANCEIRO É representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, alinhado às orientações do CONFEA. No Exercício de 2018 o superávit financeiro acumulado ficou em R$ 74.266.725,56.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

O PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CREA-SP é composto de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente assim constituídos:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Patrimônio Social	422.442.299,32	367.597.945,89

Gerenciamento de risco

O Crea-SP está exposto a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco econômico relacionado a juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso do Conselho de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Para a gestão de riscos de mercado são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital sendo que por determinação legal não é possível o endividamento da entidade bem como aplicações realizadas em bancos não oficiais e em entidades não públicas. Para a administração, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento das anuidades e taxas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação. O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela entidade através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e analise da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa adequado para dar segurança à continuidade das ações e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado.

CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo